



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 295

Segunda-feira - 03 de agosto de 2009

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antonio Carlos .....	1
Braço do Trombudo .....	1
Canoinhas .....	3
Chapadão do Lageado .....	8
Coronel Martins .....	8
Forquilha .....	9
Irineópolis .....	10
José Boiteux .....	10
Meleiro .....	13
Porto União .....	13
Rio do Sul .....	36
Salto Veloso .....	36
São Lourenço do Oeste .....	36
São Pedro de Alcântara .....	37
Schroeder .....	37
Tunápolis .....	38
Turvo .....	38
Videira .....	39

## Antonio Carlos

### Prefeitura Municipal

#### Portaria N° 233

PORTARIA N° 233, DE 31 DE JULHO DE 2009.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição à servidora MARY PETRY GORGES HOFFMANN, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara vacância do cargo público a partir de 01/08/2009 e dá outras providências.

Antônio Carlos, 31 de julho de 2009.

GERALDO PAULI

ZULEIDE BESEN

Prefeito Municipal

Diretora-Executiva do IPREANCARLOS

## Braço do Trombudo

### Prefeitura Municipal

#### Portaria 118/2009

PORTARIA N° 118/2009

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Nomear Carlos Alberto Mathias, para exercer o cargo de Oficial Administrativo, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01.07.2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.07.2009

Art. 3º- Fica revogada a Portaria 013/2009 de 02.01.2009 e as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 30 de julho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra

#### Portaria 119/2009

PORTARIA N° 119/2009

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Nomear Marcia Niederhaus Woelcker, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer./Serv, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 27.07.2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 27.07.2009.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 30 de julho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Esta portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

**Portaria 120/2009**

PORTARIA Nº 120/2009

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear Leila dos Santos, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer./Serv, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 27.07.2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 27.07.2009.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 30 de julho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

**Portaria 121/2009**

PORTARIA Nº 121/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, Art. 62, Inciso I, Parágrafo 2º.

**RESOLVE:**

Art.1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Albanir Martins, ocupante do cargo de Agente de obras, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 29.07.2009.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 29.07.2009.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 30 de julho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

**Portaria 122/2009**

PORTARIA Nº 0122/2009

NOMEIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais, e amparado na Lei nº 0489/2005, de 03.08.2005 e Decreto nº 071/2005 de 14.09.2005, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil do Município de Braço do Trombudo – SC, com a seguinte composição:

Presidente do Conselho Municipal: Vilberto Muller Schovinder

Coordenador geral : Carlos Alberto Mathias

Vice-Coordenador: Mônica Dalila Sell Dalmarco

Secretária: Simone Helena Nagel

Vice-Secretário: Fabio Dalmarco

**Dirigentes dos Setores:**

Setor Técnico: Luciane Bertelli Kniss e Ademar Hoisdaleck

Setor Operatório: Carlos Koerich e Albanir Martins

Demais Representantes de órgãos públicos, Clubes de serviço, ONGS e Sociedade Civil Organizada:

Guido Vermoehlen e Cleber Schwinden – Poder Legislativo

Carice E. L. Wolniewicz e Josiane da Silva – Secretaria de Turismo e Cultura.

Tarcísio José Prim, Silvia Mara Zimmermann e Mauros Mueller- Secretaria de Obras, Estr. Serviços Urbanos e Agropecuários.

Mariza Salete Meurer e Scheila Andréia Klug – Secretaria Educação.

Denílson Joenck e Adelir Silveira – Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Daniela Prada Mugge e Célia da Costa Silva - Agentes Comunitária Saúde.

Major PM Paulo Mota Machado e Capitão PM Dionei Tonet – Polícia Militar.

Ivan Becker e Roseli Alves da Silva – Conselho Tutelar.

Vilmar Goede e Aldo Vermoehlen – APP EEB Adolfo Boving.

Sandra Niederhaus Pereira e Marisa R.H Paterno – APP EB. Adriano Mosimann.

Albertina V. Pisetta e Rita Schovinder - Clube de Mães.

Rita Kruger e Magrid Luchtenberg - OASE

Evaldo Böll e Carmelita Gastão - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Eron Adam Franz e Enos Heidrich - Associação de Aquicultores.

Ilário Dahlke e Frida Marian Weiss - Associação da Microbacias

Eugênio Krüger e Rogério Knappmann - CMDR:

Representantes das comunidades rurais;

Braço Novo: Edgar Grahl e Gediell Bennert

Ribeirão Ernesto: Osmar Edinger e Orleto Will

Serril: Luiz Nazário e Antonio Bertelli

Águas Sulfurosas: Vilson Gieseler e Zenaide Kniss Felga.

Km 15: Marcos Paulo Hoisdaleck e Dóris Neu.

Ribeirão Concórdia: Moisés da Silva e Dulce Iara Larsen Kurth.

Ribeirão Vitória: Eron Adam Franz e Sidnei Rode.

Voluntários da Defesa Civil: Neusa Bechtold de Souza, Marlus Ivan Nagel, Cristina Fernanda Ristow, Deise Vetter, Clovis Samp.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 038/2007 de 16 de fevereiro de 2007.

Braço do Trombudo, em 03 de agosto de 2.009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada nos lugares de costume em data supra.

**Tomada de Preço 50/2009**

TOMADA DE PREÇO 50/2009.

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 15:00 horas do dia 19.08.2009 estará selecionando a melhor proposta para Fornecimento e montagem de galpão pré-moldado de concreto armado.

Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 29 de julho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 49/2009**

EXTRATO DE CONTRATO 49/2009, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 42/2009.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Supermercado 4J Ltda

CNPJ 03.863.748/0001-06, sito a Rua Nereu Ramos, 1125

Cidade de Trombudo Central - SC

Objeto: Material de limpeza para ensino fundamental e infantil.

Valor: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Data da assinatura: 29.07.2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

**Extrato de contrato 50/2009**

EXTRATO DE CONTRATO 50/2009, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 43/2009.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Nelson Knaul ME

CNPJ 81.818.502/0001-26, sito a Rua Duque de Caxias, 1776

Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Frutas e verduras para merenda escolar para o ensino fundamental e infantil.

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Data da assinatura: 29.07.2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

**Extrato de contrato 51/2009**

EXTRATO DE CONTRATO 51/2009, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 44/2009.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Supermercado 4J Ltda

CNPJ 03.863.748/0001-06, sito a Rua Nereu Ramos, 1125

Cidade de Trombudo Central - SC

Objeto: Carnes, frios, ovos e leite para merenda escolar para o ensino fundamental e infantil.

Valor: R\$ 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais).

Data da assinatura: 29.07.2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

**Extrato de contrato 52/2009**

EXTRATO DE CONTRATO 52/2009, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 45/2009.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Supermercado 4J Ltda

CNPJ 03.863.748/0001-06, sito a Rua Nereu Ramos, 1125

Cidade de Trombudo Central - SC

Objeto: Gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Valor: R\$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais).

Data da assinatura: 29.07.2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

**Extrato de contrato 53/2009**

EXTRATO DE CONTRATO 53/2009, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 45/2009.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Panificadora Ki Sabor

CNPJ 00.288.428/00001-81, sito a Rua Tiradentes, 141.

Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Valor: R\$ 4.595,50 (quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 29.07.2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

**Canoinhas****Prefeitura Municipal****Editais de Processo Seletivo para Contratação Temporária Nº 12/2009**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 12/2009

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de Profissional para atuar junto ao Centro de Especialidades Odontológicas – CEO II, em conformidade com a Lei Municipal nos 3.869/2005, inciso VI, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

**I – DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO**

1.1 O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº de Vagas	Função	Requisitos	Remuneração	Carga Horária Semanal	Tipos De Prova
01	Odontólogo Área específica na Endodontia – CEO II	Graduação em Odontologia; Registro no CRO/SC; Experiência mínima, comprovada, de 02 (dois) anos.	R\$ 3.104,35	40 horas	Objetiva e Títulos

**II – DAS INSCRIÇÕES**

2.1 As inscrições serão realizadas no período de 03 à 10 de agosto de 2009 das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada junto à Prefeitura Municipal, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 – Centro, Canoinhas-SC.

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá no ato, o Cartão de Identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar documento de identificação, documentos que comprovem a graduação exigida para o cargo, documentos que comprovem a titulação para a atribuição de pontos, Carteira de Trabalho para comprovação da experiência exigida com suas respectivas cópias.

2.5 Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação e afixação junto à Prefeitura Municipal.

2.6 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

2.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

**III – DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO**

3.1 Ter idade mínima de 18 anos;

3.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

3.3 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

3.3.1 Comprovação através de Diploma de Curso Superior em Odontologia, registro no órgão de classe (CRO/SC) e comprovação de sua regularidade, experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada na área odontológica específica de Endodontia;

3.3.2 Cópia legível da Carteira de Identidade;

3.3.3 Cópia legível do Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;

3.3.4 Cópia legível do Certificado de Reservista (para os candidatos do sexo masculino);

3.3.5 Duas fotos 3x4;

3.3.6 Certidão de Nascimento ou Casamento;

3.3.7 Certidão de Nascimento dos filhos;

3.4 As contratações temporárias objeto deste Processo Seletivo, decorrem da necessidade de execução das ações do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO II);

3.5 O prazo máximo de vigência da contratação para o Centro de Especialidades Odontológicas será de (05) cinco meses, tendo em vista a vaga estar vinculada à licença maternidade da servidora titular em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005 e subsidiariamente na Lei Municipal 2.305/1990.

**IV – DAS ATRIBUIÇÕES**

4.1 Odontólogo – CEO II

Atendimento a pacientes com necessidade de tratamento endodôntico, de acordo com diretrizes e/ou protocolos estabelecidos; atendimento a pacientes que tiveram dentes reimplantados ou que sofreram trauma; realizar atendimento de

urgência e emergência odontológica; realizar referência e contra-referência de acordo com diretrizes e/ou protocolos estabelecidos; desenvolver atividades de acordo com as diretrizes e/ou protocolos estabelecidos pelo município.

**V – TIPOS DE PROVA: PROVA ESCRITA E DE TÍTULOS****5.1 Prova Escrita:**

5.1.1 A prova escrita será realizada no dia 17 agosto de 2009, com início às 08h e término às 12h, nas dependências da UnC – Universidade do Contestado, situado à Rua Roberto Ehlke, 85 - Centro, Salas D1, D2 e C4, neste município de Canoinhas – SC;

5.1.2 A prova será composta de 20 questões objetivas que versarão sobre conhecimentos gerais e específicos, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I);

5.1.3 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível;

5.1.4 Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco;

5.1.5 Na realização da prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;

5.1.6 Ao final da prova escrita, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, juntamente com os fiscais;

5.1.7 Será excluído do Processo Seletivo candidato que:

- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

- For surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

- Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

- Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;

- Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

- Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

5.1.8 No mesmo dia, após a realização da prova, será divulgado o gabarito em mural específico no próprio local de realização do processo seletivo;

5.1.9 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á no dia 17 de agosto de 2009, junto à Prefeitura Municipal de Canoinhas.

**5.2 Prova de Títulos:**

5.2.1 Serão considerados como Títulos, certificados de cursos de aperfeiçoamento e Especialização em Endodontia;

5.2.2 Somente serão aceitos certificados de cursos de aperfeiçoamento devidamente registrados pelo órgão oficial que o promoveu, dos quais constem os conteúdos programáticos, o período de realização e a carga horária mínima de 40 horas;

5.2.3 A cada curso de aperfeiçoamento na área específica, com carga horária mínima de 40 horas, será atribuído 1,0 (um) ponto e o máximo de pontos que o candidato poderá aproveitar serão 4,0 (quatro) pontos;

5.2.4 Serão atribuídos 3,0 (três) pontos para Especialização em Endodontia, sendo aproveitado o máximo de 6,0 (seis) pontos.

**VI – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL**

6.1 Serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos na prova objetiva;

6.2 A nota final será calculada pela média aritmética entre a prova objetiva e a prova de títulos;



6.3 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;

6.4 Em caso de igualdade de notas na classificação, terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O candidato deverá apresentar-se, no ato da prova, munido do cartão de inscrição e documento original que possibilite sua identificação;

7.2 O candidato que não apresentar o cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado;

7.3 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a prova ao mesmo tempo e retirar-se, todos juntos da sala;

7.4 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;

7.5 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo facultado ao candidato, durante este prazo, examinar a sua prova mediante a fiscalização;

7.6 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;

7.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

7.8 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura o candidato o direito de ingresso automático no programa especificado neste Edital;

7.9 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos neste Edital. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfazer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas, 30 de julho de 2009.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A PROVA ESCRITA

##### LÍNGUA PORTUGUESA

###### Conteúdo Programático:

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos Lingüísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica.
5. Classes de palavra: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
6. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
7. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares).
8. Crase.
9. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
10. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

##### ODONTÓLOGO – CEO II

###### Conteúdo Programático:

- Sistema Único de Saúde: SUS – princípios e diretrizes;
- Noções sobre políticas de saúde no Brasil;

- Lei Orgânica da Saúde;
- Legislação sobre controle social na saúde;
- Ética profissional, responsabilidade e trabalho em equipe;
- Educação em Saúde: conceitos básicos;
- Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e Resolução nº. 333/2003 do Conselho Nacional de Saúde;
- Legislação regulamentadora e normatizadora da respectiva profissão;
- Normas e Manuais Técnicos do Ministério da Saúde referentes à área de atuação;
- Biossegurança em Odontologia;
- Exame geral do paciente;
- Anamnese;
- Exame do paciente em Odontologia;
- Diagnóstico em Odontologia;
- Diagnóstico das lesões de origem endodôntico/periodontal;
- Técnicas de anestesia regional em Odontologia;
- Considerações anatômicas;
- Técnicas de anestesia maxilar e mandibular;
- Princípios de Cirurgia e Assepsia;
- Traumatismo dentário;
- Doenças odontogênicas;
- Abordagem do paciente sob quimioterapia e radioterapia;
- Tratamento endodôntico-obturações de canais;
- Farmacologia e Terapêutica;
- Auditorias e perícias Odontológicas.

### Edital de Processo Seletivo para Contratação Temporária Nº 13/2009

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO

#### TEMPORÁRIA Nº 13/2009

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Estratégia de Saúde da Família – ESF, em conformidade com as Leis Municipais no 3.869/2005 e nº 4.439/2009, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

#### I – DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº de Vagas	Função	Requisitos	Remuneração	Carga Horária Semanal	Tipos De Prova
01	Médico Clínico Geral - ESF	Graduação em Medicina; Registro no CRM/SC.	R\$ 7.776,40	40 horas	Objetiva
01	Enfermeiro - ESF	Graduação em Enfermagem; Registro no COREN/SC; Experiência mínima de (01) um ano em Saúde Pública comprovada em Carteira de Trabalho.	R\$ 1.788,64	40 horas	Objetiva

01	Técnico em Enfermagem - ESF	Graduação Nível Médio; Curso Técnico em Enfermagem; Registro no COREN/SC; Experiência mínima de (01) um ano em Saúde Pública comprovada em Carteira de Trabalho.	R\$ 896,56	40 horas	Objetiva
----	-----------------------------	--	------------	----------	----------

## II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas no período de 03 à 10 de agosto de 2009 das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada junto à Prefeitura Municipal, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 – Centro, Canoinhas-SC.

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá no ato, o Cartão de Identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar documento de identificação, documentos que comprovem a graduação exigida para o cargo, documentos que comprovem a titulação para a atribuição de pontos, Carteira de Trabalho para comprovação da experiência exigida com suas respectivas cópias.

2.5 Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação e afixação junto à Prefeitura Municipal.

2.6 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

2.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

## III – DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 Ter idade mínima de 18 anos;

3.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

3.3 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

3.3.1 Para o cargo de Médico, comprovação através de Diploma de Curso Superior em Medicina, registro no órgão de classe (CRM/SC) e comprovação de sua regularidade;

3.3.2 Para o cargo de Enfermeiro, comprovação através de Diploma de Curso Superior em Enfermagem, registro no órgão de classe (COREN/SC) e comprovação de sua regularidade e experiência mínima de (01) ano em Saúde Pública comprovada em Carteira de Trabalho;

3.3.3 Para o cargo de Técnico em Enfermagem, comprovação de Nível Médio, Diploma do Curso Técnico em Enfermagem, registro no órgão de classe (COREN/SC) e comprovação de sua regularidade e experiência mínima de (01) ano em Saúde Pública comprovada em Carteira de Trabalho;

3.3.4 Cópia legível da Carteira de Identidade;

3.3.5 Cópia legível do Título Eleitoral e comprovante de quita-

ção eleitoral;

3.3.6 Cópia legível do Certificado de Reservista (para os candidatos do sexo masculino);

3.3.7 Duas fotos 3x4;

3.3.8 Certidão de Nascimento ou Casamento;

3.3.9 Certidão de Nascimento dos filhos;

3.4 As contratações temporárias objeto deste Processo Seletivo, decorrem da necessidade de execução do Programa da Estratégia de Saúde da Família (ESF);

3.5 O prazo de vigência das contratações para a Estratégia de Saúde da Família será de no máximo (01) um ano, podendo ser prorrogadas uma única vez pelo mesmo período, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005 e subsidiariamente na Lei 2.305/1990;

## IV – DAS ATRIBUIÇÕES

### 4.1 Médico Clínico Geral - ESF

É responsável pelo acompanhamento de famílias, atuando na unidade básica de saúde, nas residências e na mobilização da comunidade. Intervém sobre os fatores de risco na qual a comunidade está exposta. Deve prestar atendimento médico e ambulatorial examinando pacientes, solicitando e interpretando exames, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução, registrando a consulta, e encaminhando os pacientes quando necessário. Deve também, executar atividades médico-sanitárias, desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população; participar da equipe multiprofissional e na elaboração de diagnóstico de saúde da área adscrita, analisando dados de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas; estabelecer planos de trabalho, visando prestar assistência integral do indivíduo; participar na elaboração e ou adequação de programas, normas e rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde.

### 4.2 Enfermeiro - ESF

É responsável pelo acompanhamento de famílias, atuando na unidade básica de saúde, nas residências e na mobilização da comunidade. Intervém sobre os fatores de risco na qual a comunidade está exposta, presta assistência integral, permanente e de qualidade, pela realização de atividades de educação e promoção da saúde, pelas responsabilidades determinantes sobre as condições de vida e saúde dos indivíduos, famílias e comunidades, além de todas as atividades de enfermagem contidas na Lei do Exercício Profissional. Deve participar da equipe multiprofissional na elaboração de diagnósticos de saúde da população, na elaboração, execução, adequação e/ou coordenação de programas e projetos, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde; promover a integração entre as unidades e serviços de saúde, o hospital municipal, a comunidade e outros serviços locais, visando a promoção da saúde; participar do planejamento, coordenação, execução e avaliação de campanhas de vacinação, estabelecendo locais, metas, equipamentos, pessoal e outros itens necessários; supervisionar e coordenar o trabalho do pessoal de enfermagem, pessoal de apoio administrativo, zeladoras, conforme delegação, realizando a educação em serviço e em período de adaptação, planejando cronograma, orientando atividades, avaliando o desempenho técnico administrativo, fornecendo parecer técnico sobre o aproveitamento do mesmo, visando a boa qualidade de serviço prestado. O enfermeiro da ESF deve, ainda, planejar a necessidade, avaliar a qualidade, controlar medicamentos, materiais de consumo imunobiológicos e equipamentos solicitando a manutenção ou reparo quando necessário, planejando necessidades de equipamentos, materiais e insumos; participar, coordenando e executando programas de saúde pública, dando instruções e informações aos demais integrantes destes programas; prestar orientação aos Agentes Comunitários de Saúde e coordenar os trabalhos.

### 4.3 Técnico em Enfermagem – ESF

Promove a divulgação de programas de saúde, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando ainda, orientações quanto ao planejamento familiar; administra medicamentos mediante prescrição médica; participa de vacinações e suas programações; faz coleta de material para exames, quando indicado; faz visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolve atividades de pré e pós-consulta médica; participa de atividades de saúde a nível comunitário; participa e contribui para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; cumpre e faz cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; zela pela ordem, guarda, conservação, limpeza, desinfecção e esterilização dos materiais e equipamentos de trabalho; atende as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; presta cuidados de higiene e conforto ao paciente, além de todas as atividades de enfermagem contidas na Lei do Exercício Profissional.

### V – DA PROVA ESCRITA (Todos os Cargos):

5.1.1 A prova escrita será realizada no dia 17 agosto de 2009, com início às 08h e término às 12h, nas dependências da UnC – Universidade do Contestado, situado à Rua Roberto Ehlke, 85 – Centro, Salas D1, D2 e C4, neste município de Canoinhas – SC;

5.1.2 As provas serão compostas de 40 (quarenta) questões objetivas que versarão sobre conhecimentos gerais e específicos de cada cargo, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I);

5.1.3 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível;

5.1.4 Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco;

5.1.5 Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;

5.1.6 Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, juntamente com os fiscais;

5.1.7 Será excluído do Processo Seletivo candidato que:

- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
- Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;
- Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;
- Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

5.1.8 No mesmo dia, após a realização das provas, serão divulgados os gabaritos em mural específico no próprio local de realização das provas;

5.1.9 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á no dia 24 de agosto de 2009, junto à Prefeitura Municipal de Canoinhas.

### VI – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

6.1 Para todos os candidatos dos cargos deste Edital, serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos na prova objetiva;

6.2 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;

6.3 Em caso de igualdade de notas na classificação, terá pre-

ferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

### VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O candidato deverá apresentar-se, no ato da prova, munido do cartão de inscrição e documento original que possibilite sua identificação;

7.2 O candidato que não apresentar o cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado;

7.3 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a prova ao mesmo tempo e retirar-se, todos juntos da sala;

7.4 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;

7.5 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo facultado ao candidato, durante este prazo, examinar a sua prova mediante a fiscalização;

7.6 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;

7.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

7.8 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura o candidato o direito de ingresso automático no programa especificado neste Edital;

7.9 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos neste Edital. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfazer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas, 30 de julho de 2009.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito Municipal

### ANEXO I

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS

#### LÍNGUA PORTUGUESA – (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Conteúdo Programático:

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos Lingüísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica.
5. Classes de palavra: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
6. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
7. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares).
8. Crase.
9. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
10. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

#### MÉDICO CLÍNICO-GERAL - ESF

Conteúdo Programático:

- Atenção Primária;
- Medicina preventiva;
- Saúde Materno-Infantil;
- Saúde do Trabalhador;
- Saúde da Mulher;

- Saúde do Idoso;
- Generalidades e conceitos fundamentais;
- Atualidades sobre pesquisas médicas;
- Exames de Rotina;
- Parada cardíaca;
- Pneumonias;
- Doenças do aparelho respiratório, circulatório, digestivo e urinário;
- Disfunções hormonais;
- Uso de anestésicos;
- Esquema de vacinação;
- Intercorrências na gestação;
- Hipertensão Arterial Sistêmica;
- Diabetes Mellitus;
- Lúpus Eritematoso Sistêmico;
- Dermatofitoses;
- Prevenção do Câncer;
- Insuficiência Renal Crônica;
- Litíase Renal;
- Constituição Federal - relacionada ao SUS;
- NOB 96;
- NOAS 01/2001;
- Política Nacional de Humanização;
- Estratégia de Saúde da Família - ESF e Estratégia dos Agentes comunitários de Saúde -EACS;
- Normas Operacionais da Assistência a Saúde;
- História da Saúde no Brasil.

**ENFERMEIRO – ESF****Conteúdo Programático:**

- Esquema de vacinação;
- Controle de doenças sexualmente transmissíveis;
- Saúde Pública;
- Hipercalcemia;
- Cianosose;
- Tuberculose;
- Hanseníase;
- Pneumonias;
- Rubéola;
- Alcalose respiratórias;
- Parada cardíaca;
- Meningite;
- Generalidades e conceitos fundamentais de enfermagem;
- As atribuições do profissional da categoria;
- Conhecimentos das técnicas de enfermagem;
- Normas de biossegurança;
- Assistência à Saúde do Adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial);
- Assistência à Saúde da Mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar);
- Assistência à Saúde da Criança e do Adolescente;
- Assistência à Saúde do Idoso;
- Precauções universais, desinfecções de utensílios;
- Sistema Único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes;
- Noções de vigilância epidemiológica e doenças transmissíveis;
- Estratégia de Saúde da Família – ESF e Estratégia dos Agentes Comunitários de Saúde - EACS;
- Política Nacional de Humanização;
- Unidades de transformação (g, mg, l, ml);
- Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem.

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ESF****Conteúdo Programático:**

- Esquema de vacinação;
- Controle de doenças sexualmente transmissíveis;
- Saúde Pública;
- Hipercalcemia;
- Cianosose;
- Tuberculose;
- Hanseníase;

- Pneumonias;
- Rubéola;
- Parada cardíaca;
- Meningite;
- Generalidades e conceitos fundamentais de enfermagem;
- As atribuições do profissional da categoria;
- Conhecimentos das técnicas de enfermagem;
- Normas de biossegurança;
- Precauções universais, desinfecções de utensílios;
- Assistência à Saúde do Adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial);
- Assistência à Saúde da Mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar);
- Assistência à Saúde da Criança e do Adolescente;
- Assistência à Saúde do Idoso;
- Sistema Único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes;
- Noções de vigilância epidemiológica e doenças transmissíveis;
- Estratégia de Saúde da Família - ESF;
- Política Nacional de Humanização;
- Unidades de transformação (g, mg, l, ml).

## Chapadão do Lageado

### Prefeitura Municipal

**Portaria Nº 309/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 309/2009

DESIGNA FUNCIONARIO PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE DE SERVIÇO.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar JACQUES ERNANI BEZERRA, para ocupar a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 20% prevista no Art.12 e anexo VI, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir de 03.08.2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de julho de 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### Prefeitura Municipal

**Termo Aditivo Nº 019**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 019/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2009. NÚMERO CONTRATO: 088/2004

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/08/2004



**DO OBJETO DO TERMO ADITIVO:****CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração das Cláusulas Primeira e Terceira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais nº 088/2004 de 23 de Agosto de 2004.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Primeira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais nº 088/2004 de 23 de Agosto de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem o objetivo ceder à Casa Familiar Rural Inacir José Pieta, o equipamento relacionado no Termo de Responsabilidade anexo a este.

A Cláusula Terceira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais nº 088/2004 de 23 de Agosto de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato até 23 de Agosto de 2014, podendo o mesmo ser prorrogado em caso de necessidade e de comum acordo em ambas as partes.”

LICITAÇÃO: Não Aplicável

RESPONSÁVEL JURÍDICO: DR. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.115.929/0001-91

CONTRATADO: CASA FAMILIAR RURAL INACIR JOSÉ PIETA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 23/08/2014

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: DE FORMA GRATUITA.

**Termo Aditivo Nº 020**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 020/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2009. NÚMERO CONTRATO: 090/2004

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/08/2004

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração das Cláusulas Primeira e Terceira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais nº 090/2004 de 23 de Agosto de 2004.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Primeira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais nº 090/2004 de 23 de Agosto de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem o objetivo ceder à Associação Beneficiária Cultural e Desportiva Pedra Branca, os equipamentos relacionados no Termo de Responsabilidade anexo a este.

A Cláusula Terceira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais nº 090/2004 de 23 de Agosto de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato até 23 de Agosto de 2014, podendo o mesmo ser prorrogado em caso de necessidade e de comum acordo em ambas as partes.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados as demais Cláusulas do referido Contrato.

LICITAÇÃO: Não Aplicável

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.695.496/0001-16

CONTRATADO: ABCD PEDRA BRANCA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 23/08/2014.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: DE FORMA GRATUITA.

**Termo Aditivo Nº 021**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 021/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2009. NÚMERO CONTRATO: 095/2004

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/08/2004

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira e Terceira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Móveis nº. 095, de 25 de Agosto de 2004.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cláusula Primeira do Contrato de Permissão de a Título Precário de Bens Públicos Municipais nº 095/2004 de 25 de Agosto de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem o objetivo ceder ao Destacamento da Polícia Militar, os equipamentos relacionados no Termo de Responsabilidade anexo a este.

A Cláusula Terceira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais nº 095/2004 de 25 de Agosto de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato até 25 de Agosto de 2014, podendo o mesmo ser prorrogado em caso de necessidade e de comum acordo em ambas as partes.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados as demais Cláusulas do referido Contrato.

LICITAÇÃO: OUTROS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 83.931.550/0001-51

CONTRATADO: DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 25/08/2014.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: DE FORMA GRATUITA

## Forquilha

### Prefeitura Municipal

**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 26/2009**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 26/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 042/2009

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – VIVO S.A.

DO OBJETO -O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de telefonia móvel pessoal com 50 (cinquenta) aparelhos em regime de comodato, incluindo ligações VC1, VC2 e VC3 (móvel-móvel, móvel-fixo, móvel-móvel intrarede) e adicional de deslocamento para o município de Forquilha/SC.

DO PRAZO: O prazo do contrato PMF nº 042/2009 fica prorrogado de 30/06/2009 para 31/12/2009.

DO VALOR GLOBAL; R\$ 23.112,00 (vinte e tres mil cento e doze) reais.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 30/06/2009

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMA Nº 14/2009**

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 14/2009.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME.

OBJETO – aquisição de tubos de concreto de vários diâmetros com as resistências mínimas especificadas em NBR 8890/2003, para uso junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 70.265,50 (setenta mil duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2009.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 14/FMA/2009.

DATA DA ASSINATURA – 22 de julho de 2009.

WANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Irineópolis****Prefeitura Municipal****Portaria Nº 187/2009.**

"DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo III – QUADRO DAS GRATIFICAÇÕES, da mesma Lei Complementar,

**R E S O L V E :**

DESIGNAR a servidora GIOZANI REGINA CRESTANI, ocupante do cargo de Agente Administrativa, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Município, para exercer a Função Gratificada de Diretora Responsável pela Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais, vinculada ao Departamento de Recursos Humanos.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de julho de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

**Portaria Nº 189/2009**

EXONERA SERVIDORA EFETIVA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe, o Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

**R E S O L V E :**

Exonerar a pedido a servidora MARIA CRISTINA GAN do cargo de Enfermeira (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria n.º 026/2008, de 12/02/2008.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 16 de julho de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Secretária Municipal da Saúde.

**Portaria Nº 190/2009**

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os artigos 23 e 24, Seção I, da Lei Complementar n.º 03/99, e artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o parecer exarado pelo Conselho Municipal de Educação,

**R E S O L V E :**

CONCEDER ao servidor ERMINIO PAVARIN, ocupante do cargo de Professor de Séries Iniciais (40 h/sem) do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, passando de Professor II Nível 87 G-003, para Professor II, Nível 87 H-003, de acordo com os artigos 23 e 24, Seção I, da Lei Complementar n.º 03/99.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 16 de julho de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

**José Boiteux****Prefeitura Municipal****Decreto 071**

DECRETO Nº 071/2009.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 3.158,05 (tresmil cento e cinquenta e oito reais e cinco centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão 06 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto  
Unidade 01- Secretaria da Educação, Cultura e Desporto Projeto/Atividade 2.019 – Educação Pré Escolar  
Modalidade de Aplicação – 4.4.90.00.00(49)  
Recursos 1113 – Recursos MDE Infantil  
Valor R\$ 3.158,05

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo descritas.

Órgão 06 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto  
Unidade 01- Secretaria da Educação, Cultura e Desporto Projeto/Atividade 2.019 – Educação Pré Escolar

Modalidade de Aplicação – 4.4.90.00.00(48)  
Recursos 1113 – Recursos MDE Infantil  
Valor R\$ 3.158,05

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 30 de julho de 2009.  
JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

### **Decreto 072/2009**

DECRETO Nº 072/2009.

ALTERA DECRETO 065/2009 QUE NOMEOU O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOSÉ BOITEUX.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 451/2000.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, os seguintes membros:

I- Representantes do Poder Executivo

Titular: Juliano Leite

Suplente: Maybe Lunelli

II-Representantes dos Professores

Titular: Claudia Vanielle Fusinato

Suplente: Sirlei Penz Tottene

Titular:Erondina da Silva

Suplente: Julio César Bagatolli

III-Representantes dos Pais de Alunos

Titular: Inês de Oliveira Possamai

Suplente: Nara Moser Coelho

Titular: Antonio Boaventura

Suplente: Marcio Vicente

IV-Representantes da Sociedade Civil

Titular: Ursula Weidmann Bagatolli

Suplente: Ingo de Oliveira

Titular: Valdomiro Ciquela

Suplente:Maria Madalena U. Loffhagem

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 30 de julho de 2009.  
JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC Lei 759/2008.

### **Portaria 384/2009**

PORTARIA Nº 384/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Giovanildo Buchmann, a partir de 30.07.2009, admitido pela Portaria nº 149/2009 de 10.02.2009, que a admitiu no cargo em caráter temporário de conserveiro.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.  
JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

### **Portaria 385/2009**

PORTARIA Nº 385/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Edimar Lunelli, a partir de 31.07.2009, admitido pela Portaria nº 253/2009 de 01.04.2009, que o admitiu no cargo em caráter temporário de Auxiliar Administrativo Operacional.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

### **Portaria 386/2009**

PORTARIA Nº 386/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Terezinha Ribeiro, a partir de 31.07.2009, admitida pela Portaria nº 105/2009 de 05.01.2009, que a admitiu no cargo em caráter temporário de Servente.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

### **Portaria 387/2009**

PORTARIA Nº 387/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Lenir da Silva Lunelli, a partir de 31.07.2009, admitida pela Portaria nº 173/2006 de 24.04.2006, que a admitiu no cargo em caráter temporário de Servente.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

### **Portaria 388/2009**

PORTARIA Nº 388/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Edileusa Burg, a partir de 31.07.2009, admitida pela Portaria nº 264/2009 de 08.04.2009, que a admitiu no cargo em caráter temporário de Servente.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

**Portaria 389/2009**

PORTARIA N° 389/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei n° 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Rafael Vigarani, a partir de 31.07.2009, admitido pela Portaria n° 374/2007 de 03.12.2007.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

**Portaria 390/2009**

PORTARIA N° 390/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei n° 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Cristiani dos Santos, a partir de 31.07.2009, admitido pela Portaria n° 273/2009 de 11.05.2009.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

**Portaria 391/2009**

PORTARIA N° 391/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei n° 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Erondina da Silva, a partir de 31.07.2009, admitido pela Portaria n° 012/2009 ,de 02.01.2009, nomeada no cargo de Diretora de Escola.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

**Portaria 392/2009**

PORTARIA N° 392/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei n° 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Adriana Aparecida dos Santos, a partir de 31.07.2009, admitida pela Portaria n° 317/2009 ,de 02.06.2009, nomeada no cargo efetivo de Servente.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

**Portaria 393/2009**

PORTARIA N° 393/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Edemar Castelani, relativas ao período aquisitivo de 03.01.2008 a 02.01.2009 que serão usufruídas no período de 01.08.2009 a 30.08.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

**Portaria 394/2009**

PORTARIA N° 394/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei n° 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Elio Andrade, a partir de 31.07.2009, admitido pela Portaria n° 106/2009 ,de 05.01.2009, admitido no cargo temporário de Conserveiro.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

**Portaria 395/2009**

PORTARIA N° 395/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei n° 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Olavio de Andrade, a partir de 31.07.2009, admitido pela Portaria n° 107/2009 ,de 05.01.2009, admitido no cargo temporário de Conserveiro.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC

**Portaria 396/2009**

PORTARIA N° 396/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, I da Lei n° 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Luiz Francisco Ferreira, a partir de 31.07.2009, admitido pela Portaria n° 184/2009 ,de 16.02.2009, admitido no cargo temporário de Conserveiro.

José Boiteux, 31 de julho de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra no DOM/SC



## Meleiro

### Prefeitura Municipal

#### Portaria Nº 206/2009

PORTARIA Nº 206/2009

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 95 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença sem vencimento por interesse particular, por um período de até 06 meses, a servidora pública municipal CRISTIANE DE ALMEIDA DAMASCO, ocupante do cargo de Professora, conforme dispõe o caput do artigo 95 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Julho de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

#### Portaria Nº 207/2009

PORTARIA Nº 207/2009

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e Lei Municipal n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, Lei Complementar nº 014/2005 de 27 de outubro de 2005, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora AIDE GRASIELA MACARINI, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, por um período de até seis meses, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para exercer suas atividades junta a Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento econômico.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

#### Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 045/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 045/2009

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 14/08/2009, às 14:00 horas estará

realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 045/2009, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO SEGURANÇA DO TRABALHO. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 – Meleiro/SC, no horário das 8:00 às 11:30 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 31 de julho de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

## Porto União

### Prefeitura Municipal

#### Decreto Nº 172/2009

DECRETO Nº 172, de 21 de julho de 2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.630, de 21 de julho de 2009,

#### DECRETA:

ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
PROJETO	1.051 – Construção, Ampliação/Reforma Unidades de Saúde		
ELEMENTO	449051-103 – Obras e Instalações	novo	35.000,00
ELEMENTO	449051-450 – Obras e Instalações	novo	53.500,00
ATIVIDADE	2048 – Manutenção da Saúde – Atenção Básica		
ELEMENTO	339047-100 – Obrigações Tributárias e Contributivas	novo	2.000,00
ELEMENTO	339047-103 – Obrigações Tributárias e Contributivas	novo	1.000,00
ELEMENTO	339047-450 – Obrigações Tributárias e Contributivas	novo	5.000,00
ELEMENTO	339047-451 – Obrigações Tributárias e Contributivas	novo	2.000,00
ATIVIDADE	2.025 – Manut. da Saúde – Assist. Hospitalar e Ambulatorial		
ELEMENTO	339047-454 – Obrigações Tributárias e Contributivas	novo	1.500,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		100.000,00

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme especificações seguintes :

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação e transposição das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. TRANSP., OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1.006 – Construção/Ampliação Equipamentos p/ Saúde		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	101	41.427,50
ELEMENTO	449051-103 – Obras e Instalações	102	58.572,50
	TOTAL ANULAÇÃO		100.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de julho de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Portaria Nº 027/2009

PORTARIA Nº 027, DE 29 DE JULHO DE 2009.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA OS FINS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial, sem ônus para o Município, para proceder a organização e promoção da festa alusiva ao Aniversário de Porto União em comemoração aos 92 anos de emancipação político-administrativa.

Art. 2º Designar como membros da Comissão:

I- Bento Trindade Júnior - Secretário Municipal de Educação

II- Ari Krüger dos Passos - Supervisor de Cultura

III- Terezinha Leoni Wolf - Assessora Cultural

IV- Luiz Sérgio Buch - Supervisor de Indústria, Comércio e Turismo

V- Roberto Bonfleur - Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura

VI- Ivana Carla Krassowski Franco - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

VII- Élio Kamienski - Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

VIII- Camila Schmidt Godoi - Coordenadora de Imprensa

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de julho de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Portaria Nº 500/2009

PORTARIA Nº 500, DE 02 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Ca-

tarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2006, Berenice Aparecida Guerelus Gonçalves, aprovada em 2º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Supervisor Escolar, previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 02 de julho de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### Portaria Nº 501/2009

PORTARIA Nº 501, DE 02 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR VACANCIA, de acordo com o Artigo 56, Inciso VIII, da Lei Municipal 2055/94, de uma vaga para o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, em razão do falecimento, ocorrido no dia 28 de junho de 2009, do servidor Edson Farias, que a ocupava.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de junho de 2009.

Porto União - SC, em 02 de julho de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### Portaria Nº 502/2009

PORTARIA Nº 502, DE 02 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária da servidora efetiva Franciele Galvão dos Santos, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 01 a 30 de julho de 2009, para exercer atividades de Professora Educação Infantil, com vencimentos na Classe "A" referência "1", previsto no anexo II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952, alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, em substituição à servidora Luciane Cristina Kaminski Vaudan, que se encontra em Tratamento Médico.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Comecinho de Vida, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2009.

Porto União, SC - SC, em 02 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 503/2009**

PORTARIA Nº 503, DE 02 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR a carga horária da servidora contratada Clenir Aparecida Rodrigues, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 01 a 30 de julho de 2009, para exercer atividades de Professora Educação Infantil, com vencimentos na Classe "A" referencia "1", previsto no anexo II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952, alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, em substituição à servidora Luciane Cristina Kaminski Vaudan, que se encontra em Tratamento Médico.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Comecinho de Vida, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2009.

Porto União, SC - SC, em 02 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 504/2009**

PORTARIA Nº 504, DE 02 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR a carga horária da servidora contratada Marcia Aparecida Simplicio de Souza, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 25 de junho a 21 de outubro de 2009, para exercer atividades de Professora Educação Infantil, com vencimentos na Classe "A" referencia "1", previsto no anexo II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952,

alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, em substituição à servidora Kellen Olejuki Kirschner, que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de junho de 2009.

Porto União, SC - SC, em 02 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 505/2009**

PORTARIA Nº 505, DE 03 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Fábio Ferreira, do cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 03 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 506/2009**

PORTARIA Nº 506, DE 03 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, pelo período de 03 de julho de 2009 a 02 de julho de 2010, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Maria de Fátima Fernandes de Oliveira, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Vice King, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 03 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 507/2009**

PORTARIA Nº 507, DE 03 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, pelo período de 03 de julho de 2009 a 02 de julho de 2010, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Regina Célia Kauva, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Centro, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 03 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 508/2009**

PORTARIA Nº 508, DE 03 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, pelo período de 03 de julho de 2009 a 02 de julho de 2010, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Nelci Aparecida Gravieski, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Vice King, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 03 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 509/2009**

PORTARIA Nº 509, DE 03 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, pelo período de 03 de julho de 2009 a 02 de julho de 2010, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Terezinha Albighaus, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 03 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Portaria Nº 510/2009**

PORTARIA Nº 510, DE 03 DE JULHO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, pelo período de 03 de julho de 2009 a 02 de julho de 2010, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Claudina Maria Gonçalves Ferreira, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde da Cohab, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 03 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### **Processo Licitatório 100/2009 - Revogação - PM**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 100/2009

Convite 024/2009

Revoga-se o aludido processo Licitatório com base no art. 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que não se deu continuidade ao processo.



Porto União SC, 29 de julho de 2009.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

### **Homologação e Adjudicação Processo Licitatório 091/2009 - PM**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 091/2009  
Pregão Presencial 034/2009

Homologo o processo Licitatório em epigrafe e adjudico a empresa Maristela Gomes Danceteria ME. Porto

União SC, 29 de julho de 2009.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

### **Processo Licitatório 095/2009 - Alteração de Edital - PM**

MUNICIPIO DE PORTO UNIÃO - SC  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 095/2009  
Alteração de Edital de Concorrência 005/2009

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna publico, que fica alterado o item 7.7.1 do edital, bem como altera a data de recebimento e abertura dos envelopes para dia 03 de setembro de 2009 as 14:00 horas na Prefeitura Municipal. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, (042 3523 1155) ou pelo site

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Porto União SC, 30 de julho de 2009.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

### **Processo Licitatório Nº 101/2009 - Edital - PM**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
PROCESSO LICITATÓRIO 101/2009

EDITAL DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009

#### **1. PREÂMBULO**

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto 078/2009 de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis informa aos convidados e aos demais que manifestarem interesse com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, nos termos do artigo 22 parágrafo 3º da Lei 8.666/93, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS no dia 14.08.2009 às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, sito à Rua Padre Anchieta, 126, neste Município, sendo a presente licitação do tipo MENOR PREÇO UNITARIO POR ITEM.

1.2 O recebimento do envelope n.º 01, contendo a documentação de Habilitação e envelope n.º 02, contendo a Proposta de Preços dos interessados dar-se-á até as 14:00 horas do dia 14.08.2009, na Recepção para protocolo.

1.3 - A abertura do Envelope n.º 01, contendo a documentação de habilitação, dar-se-á no mesmo endereço indicado no item 1.1, às 14:00 horas do dia 14.08.2009. Havendo a concordância da Comissão de Licitação e de todos os proponentes, formalmente expressa pelas assinaturas na respectiva Ata, ou Termo de Renúncia

(modelo sugestivo no anexo "D"), renunciando à interposição de recurso quanto à fase de habilitação, proceder-se-á, nesta mesma data, a abertura do Envelope n.º 02, contendo a Proposta de Preços dos Proponentes Habilitados.

1.4 - Os interessados em adquirir fotocópia do Edital e de seus Anexos deverão fazê-lo mediante solicitação na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto União (SC).

#### **2. OBJETO**

2.1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de limpeza para as Escolas municipais de ensino fundamental e Secretaria Municipal de Educação, para o segundo semestre letivo de 2009, conforme ANEXO "E" deste edital, a serem fornecidos de acordo com a requisição da Secretaria Municipal da Educação de Porto União.

2.2. O objeto ora licitado, deverá ser entregue mediante ordem/solicitação, da Secretaria Municipal da Educação, e em até 05 (cinco) dias úteis a Rua Frei Rogério, 367, Porto União em horário de expediente.

#### **3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 Poderão participar da presente licitação os interessados devidamente cadastrados na correspondente especialidade junto a Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto União, e os interessados, nos termos dos parágrafos 2º e 9º do art. 22 da Lei 8.666/93 e nas condições previstas neste edital.

3.2 Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

3.3 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

#### **4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES 01 E 02**

4.1 Os envelopes n.º 01 e 02, contendo, respectivamente, a documentação referente a habilitação e proposta de preços, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo desse instrumento convocatório, devidamente fechado, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO-SC  
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº  
ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PROPONENTE: (razão social da empresa)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO-SC  
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº  
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA DE PREÇO  
PROPONENTE: (razão social da empresa)

4.2 - Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma procuração devidamente registrada em cartório ou carta de credenciamento conforme modelo constante no anexo "A", a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação na data de abertura dos envelopes 01.

4.3 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste edital, não sendo permitido atraso, mesmo que involuntário, considerando-se como horário de entrega, o protocolo no Gabinete do Prefeito.

#### **5. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A HABILITAÇÃO**

5.1 - O envelope n.º 01, contendo a documentação relativa à documentação de habilitação deverá conter:

##### **5.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de sociedade comercial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com a última alteração contratual, devi-

damente registrado e acompanhado, no caso de sociedades pôr ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) No caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) No caso de firma individual: cédula de identidade, registro comercial, como prova de inscrição na junta comercial ou repartição correspondente;

d) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida pôr Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante no anexo "B" deste edital;

e) Declaração de Sujeição ao Edital e Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Qualificação devidamente assinada conforme modelo constante no anexo "C" deste edital.

f) Declaração formal e expressa da proponente, sob as penas da lei que atende o inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos perigosos e insalubres e de menores de dezois anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos.

#### 5.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Tributos da Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa, ou de Regularidade Fiscal, para com a Fazenda Estadual, na unidade da Federação onde a empresa esteja sediada;

d) Certidão Negativa de Tributos Municipais, ou Regularidade Fiscal junto ao Município Sede da Proponente;

e) Prova de Regularidade Fiscal relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular, no cumprimento dos Encargos Sociais instituídos pôr Lei (CND - INSS);

f) Prova de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia Pôr Tempo de Serviço (CRS - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos pôr Lei.

5.1.3 A proponente que for microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar algum documento quanto à regularidade fiscal com restrições, deverá obrigatoriamente apresentar Declaração de que cumpre com habilitação, com exceção do art. 43 da LC 123/06, junto com o envelope "01, referente aos documentos de habilitação, sob pena de preclusão dos direitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

#### 5.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial do exercício social de 2008 em que fique comprovado patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da presente licitação.

b) Certidão Negativa dos cartórios de registro de falências e concordatas expedidas pelo distribuidor da sede do proponente, com data não superior a 30 (trinta) dias.

c) Certidão Negativa de protestos e títulos, expedidos pelos órgãos de títulos da sede da Comarca do proponente, com data de até 30 (trinta) dias anteriores a data da abertura do presente certame, quando a data de validade não estiver expressa na certidão.

5.2 - Os documentos necessários à habilitação jurídica, regularidade fiscal e econômica e financeira dos proponentes poderão ser apresentados em original, pôr qualquer processo de cópia autenticada pôr cartório competente, ou mediante conferência com os originais pelos membros da Comissão de Licitação ou ainda na Coordenadoria de Licitações da prefeitura, em até 24 horas antes da abertura dos envelopes. Em uma única via, sem rasuras, emendas ou entrelinhas.

#### 6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - A proposta de preços - Envelope n.º 02 - devidamente assinada e carimbada pelo proponente ou seu representante legal,

redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e conter:

a) Preço unitário, bem como o preço total, devendo os preços incluírem todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da presente licitação, tais como frete, impostos, taxas, encargos, etc.

b) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se a o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

c) Citar a marca do produto cotado, itens cotados sem citar a marca serão desconsiderados;

d) Produtos cotados fora das especificações do edital, serão desclassificados.

e) Número de telefone/fax, e-mail e indicação de responsável para responder junto ao município.

6.2 - Os preços, válidos na data de abertura da licitação, deverão ser cotados em Real, não se admitindo cotação em moeda estrangeira.

#### 7. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

7.1 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes n.º 02. Na contagem do prazo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

#### 8. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pôs membros da Comissão Permanente de Licitações e proponentes presentes.

8.2 - A abertura do envelope n.º 01 - HABILITAÇÃO, observará os seguintes procedimentos:

8.2.1 - No dia, hora e local determinados no PREÂMBULO deste Edital, em seção pública, a comissão de licitação receberá os envelopes números 01 e 02, que serão rubricados pôs membros da comissão e pôs participantes presentes. Não serão recebidos Documentos de Habilitação e Propostas após a hora aprazada.

8.2.2 - Após o recebimento dos envelopes, a comissão de licitação, na presença facultativa dos proponentes interessados, efetuará a abertura e a análise da documentação contida no envelope 01 - HABILITAÇÃO, rubricando-se em todas as suas páginas e facultando aos proponentes presentes o mesmo procedimento.

8.2.3 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos de acordo com o exigido no item 5 e seus subitens deste edital.

8.2.4 - Se o proponente for Microempresa ou empresa de Pequeno Porte devidamente comprovado no ato da apresentação dos documentos de habilitação, através de Certidão da Junta Comercial do Estado e quiser exercer o seu direito de preferência de acordo com os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá fazê-lo no ato da sessão de julgamento das propostas, quando lhe será concedida o prazo de 5 (cinco) minutos, devendo obrigatoriamente haver um representante legal da empresa proponente presente, sob pena de preclusão dos direitos.

8.2.5 - No caso de decisão sobre a habilitação ou inabilitação das proponentes na mesma seção, e desde que ocorra a desistência expressa, através da assinatura do Termo de Renúncia (modelo sugestivo no anexo "D"), da interposição de recursos pela unanimidade das proponentes, poderá a comissão de licitação proceder à abertura do envelope 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.

8.2.6 - Não havendo a desistência da interposição de recursos sobre as habilitações ou inabilitações, a comissão de licitação, respeitado o prazo recursal, marcará nova data, hora e local, para a abertura do envelope 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.

8.2.7 - Encerrada a fase preliminar de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia dos licitantes do direito de recorrer, a Comissão devolverá fechados, o envelope 02 - PROPOSTA DE PREÇOS, aos licitantes inabilitados, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela permanecerão apenas como assistentes.

8.3 - A abertura do envelope n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, observará o seguinte procedimento:

8.3.1 - O envelope 02 - PROPOSTA DE PREÇOS, dos proponentes habilitados será aberto e rubricado folha por folha, pelos membros da comissão de licitação e em seguida facultativamente pelos proponentes presentes.

8.3.2 - À Comissão de Licitação é facultado solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos apresentados, bem como, promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução do processo.

8.3.3 - Após a abertura do envelope 02, a Comissão de Licitação procederá a análise e julgamento das mesmas, verificando a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 6 e seus subitens deste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes e incompatíveis.

8.4 - O julgamento das propostas observará os seguintes procedimentos:

8.4.1 - A presente licitação será julgada pelo critério de MENOR PREÇO UNITARIO POR ITEM.

8.4.2 - Será considerada desclassificada a proponente que:

- a) Deixar de atender alguma exigência do presente Edital;
- b) Apresentar oferta de vantagem não prevista no edital ou baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) Apresentar propostas com preços manifestamente inexequíveis.

8.4.3 - No julgamento das propostas de preços, a escolha entre os licitantes habilitados se fará pela ordem crescente de Menor Preço apurado nas Propostas.

8.4.4 – Havendo empate entre duas ou mais propostas apresentadas, será obedecido como critério de desempate, o sorteio público, no ato da abertura das propostas para o qual serão convidados todos os proponentes.

8.5 - À Comissão de Licitação é facultado solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos apresentados, bem como, promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução do processo.

8.6 - As dúvidas que surgirem durante as sessões públicas, serão, a juízo da Comissão de Licitação, resolvidas por esta, na presença dos proponentes ou deixadas para posterior deliberação.

## 09. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

09.1 - O objeto ora licitado, deverá ser entregue mediante ordem/solicitação, na Prefeitura Municipal de Porto União, conforme a necessidade, até dezembro/2009 e entregues a Rua Frei Rogério, 367, em horário de expediente

09.2 As quantidades especificadas no presente processo, deverão ser entregues conforme a necessidade, mediante requisição da Secretaria Municipal da Educação, no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento do pedido, ou documento equivalente, emitido pela Secretaria Municipal da Educação.

09.3 Não deverão ser entregues produtos danificados, amassados, não conformes ou com prazo de validade vencida, sob pena de devolução imediata, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo Máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitos as penalidades previstas neste edital.

09.4 - O licitante vencedor fica obrigado quando da entrega dos produtos, apresentar juntamente a Nota Fiscal e responder pela qualidade, quantidade, segurança e demais características

dos produtos, bem como as observações as normas técnicas e legislação sanitária.

## 10. CRITÉRIO DE REAJUSTE

10.1 O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

## 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado à vista, após a entrega do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal/ Fatura, conforme a quantidade solicitada pela Prefeitura.

11.2 A Prefeitura poderá efetuar os pagamentos por meio eletrônico no Banco do Brasil e ou na Caixa Econômica Federal.

11.3 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias n.º .

Unidade 02.06 – Secretaria Mun. De Educação  
Projeto 2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento 3.3.90.30.00.00.00.00.0113 – Material de consumo  
Cód. 90

Unidade 02.06 – Secretaria Mun. De Educação  
Projeto 2.010 – Manutenção Secretaria de Educação  
Elemento 3.3.90.30.00.00.00.00.0104 – Material de Consumo  
Cód. 65

## 12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, a Prefeitura Municipal de Porto União convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93.

12.2 - A Prefeitura Municipal de Porto União poderá, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei 8.666/93.

## 13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

13.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratado as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato.

## 14. CRITÉRIO DE REAJUSTE

14.1 - O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

## 15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente na Coordenadoria de Licitações, no endereço citado neste Edital, ou através do telefone (0xx42) 3523-1155, ramal 213, de segunda à sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas.

15.2 - O valor a ser atribuído ao contrato será aquele resultante da proposta vencedora.

15.3 - Farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste Edital e seus anexos, os documentos nele referidos, além daqueles apresentados pela licitante vencedora.

15.4 - A Prefeitura Municipal de Porto União (SC) reserva-se aos seguintes direitos:



a) de, a seu exclusivo critério, deixar de contratar no todo ou em parte os serviços ora licitados, ou de contratá-los de acordo com sua necessidade e disponibilidade financeira, ou ainda de implantá-los gradativamente, sem que se estenda o prazo de contratação e sem que caiba à Contratada direito de indenização;

b) de, anular ou revogar a presente licitação, nos termos do art. 49 da lei n.º 8.666/93.

15.5 - Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, seus anexos e demais condições de execução dos serviços objeto da presente licitação, não podendo ser invocado em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo da correta formulação da Proposta.

15.6 - A participação nesta licitação, significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e seus Anexos, bem como a observância das leis, regulamentos e normas administrativas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

15.7 - Informações fornecidas verbalmente pôr elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para impugnações.

15.8 - Maiores informações sobre o presente Edital, bem como cópia do mesmo, podem ser obtidos na Prefeitura Municipal de Porto União, junto a Coordenadoria de Licitações das 12:00 às 18:00 horas.

#### 16. CASOS OMISSOS

16.1 - Aplicam-se a este Edital as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, incorporando as alterações introduzidas pela Lei n.º 8.883 de 08 de junho de 1994 e pela Lei n.º 9.648 de 28 de maio de 1998.

16.2 - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações, encarregada do recebimento, análise e julgamento das propostas.

#### 17. ANEXOS DO EDITAL

17.1 - Integram o presente edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- A) MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
- B) MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- C) MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO;
- D) MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA (OPCIONAL);
- E) RELAÇÃO DOS ITENS E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO;
- F) MINUTA DE CONTRATO;

Porto União - SC, 29 de julho de 2009  
 DEIVIDSON LUIZ OKOPNIK  
 Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
 Decreto n.º 078/2009

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009  
 ANEXO "A"  
 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO  
 À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União - SC

Pela presente, credenciamos o (a) Sr.(a)....., portador (a) da Cédula de Identidade sob n.º.....e CPF sob n.º ....., a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009, instaurado pela Prefeitura Municipal de Porto União.

Na qualidade de representante legal da empresa .....  
 ....., outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

....., em..... de ..... de 2009.  
 (Nome, cargo. Identidade do Representante Legal da Empresa Proponente)  
 CNPJ da empresa proponente

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009  
 ANEXO "B"  
 MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE  
 À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União - SC

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009, instaurado pela Prefeitura Municipal de Porto União, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Pôr ser expressão da verdade, firmamos o presente.

....., em.....de.....de 2009.  
 (Nome, Cargo, Identidade do Representante Legal da Empresa Proponente)  
 CNPJ da empresa proponente

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009  
 ANEXO "C"  
 MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO  
 À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União - SC

Ref.: Processo Licitatório n.º 101/2009  
 Modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009

O signatário da presente, em nome da proponente \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, declara conhecer e concordar com todos os termos do Procedimento Licitatório supramencionado, seus respectivos anexos e documentos, que a mesma acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de entrega do material licitado.

O signatário da presente declara, também, em nome da referida proponente, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto a adjudicação, objeto do presente procedimento.

Declara, ainda, para todos os fins de direito a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º e Artigo 97 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

(Nome, cargo, Identidade do Representante Legal da Empresa Proponente)  
 CNPJ da empresa Proponente  
 Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009

ANEXO "D"  
 MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA  
 À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União - SC  
 TERMO DE RENÚNCIA  
 A Proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009, pôr seu representante credenciado, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93, obrigando a em-



presa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço, dos proponentes habilitados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

(Nome, cargo. Identidade do Representante Legal da Empresa Proponente)

CNPJ DA EMPRESA PROPONENTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2009

Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 012/2009

"ANEXO E"

RELAÇÃO DE PRODUTOS

Item	Descrição Do Produto	Quant.	Preço Máximo (R\$)
01	Água sanitária (1 litro) cloro ativado teor 2,0 a 2,5% pp	620	0,98
02	Álcool etílico hidratado 92,8% - litro	300	2,98
03	Cera em pasta 4,5 kg - amarela	18	48,90
04	Cera em pasta 4,5 kg - branca	50	48,90
05	Cera líquida incolor 750 ml	80	4,49
06	Copos descartáveis - 50 ml - pct c/ 100 unid - polipropileno atóxico - padrão ABNT	65	1,06
07	Desinfetante para uso geral - 02 litros, ação germicida e bactericida	270	2,47
08	Detergente biodegradável - 500 ml - detergente para louças com glicerina, embalagem plástica contendo: tensoativos aniônicos, glicerina, coadjuvante, preservantes, sequestrante, espessantes, opacificantes, fragrância e veículo. Componente ativo: linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, conter tensoativo biodegradável, testado dermatologicamente.	600	1,06
09	Escova para lavar roupas (cerdas em polipropileno e cabo em madeira)	12	1,45
10	Escova com cabo de madeira para lavar pisos	15	5,40
11	Esponja de aço p/ inox, composição: aço zincado, peso: 12 g, pct c/ 02 unid.	170	0,79
12	Esponja dupla face para louça, antibactérias, 110 mm x 75 mm x 20 mm	310	0,98
13	Flanelas para limpeza 60 x 33 cm pct c/ 05 unid	50	5,40
14	Fósforos palitos grandes cx c/ 240 palitos	110	1,69
15	Lã de aço carbono fina para panela - pct. c/ 8 unid.	220	1,62
16	Limpa vidros 500 ml	120	2,67
17	Limpador instantâneo multi-uso 500 ml	220	2,74
18	Lustra móveis 200 ml	70	5,90
19	Luvas de borracha - média	70	2,90
20	Luvas de borracha - pequena	20	2,90
21	Pá de lixo totalmente em plástico, reforçada, medidas não inferiores à 27 cm de comprimento (pá + cabo) x 23 cm (largura da parte inferior da pá - largura máxima da pá)	50	1,99
22	Palha de aço para assoalho n.º 0	220	0,67

23	Pano de prato branco, algodão, trama fechada (tipo saco açúcar), com acabamento (costuras) nas laterais, medindo 45 x 70 cm (medidas mínimas)	130	3,20
24	Papel higiênico branco folha simples, pacote com 4 rolos.	870	1,79
	Pedra Azul para polir fogão à lenha - 150g - não tóxica	12	1,75
25	Desodorante sanitário com suporte tipo cestinha plástico 35g	100	0,68
26	Querosene - 800 ml	100	4,98
27	Rodo de Espuma de boa qualidade, reforçado, bem acabado, com cabo de madeira. Rodo medindo 25 cm de comprimento x 6,5 cm largura (parte de madeira em que está colada a espuma). Sob a espuma, proteção de feltro colada. Espuma medindo 4,5 cm de altura no total (espuma + feltro)	60	5,99
28	Rodo de madeira com 2 borrachas - 40 cm - com reforço	50	5,99
29	Sabão em barra neutro - c/ 5 unid.	130	3,20
30	Sabão em pó pacote de 05 kg	60	21,00
31	Sabonete 90g	160	0,98
32	Saco p/ freezer 5 kg - c/ 50 unid.	50	2,18
33	Saco p/ lixo 15 litros - c/ 10 unid.	110	1,66
34	Saco p/ lixo 50 litros - c/10 unid.	150	1,66
35	Saco para lixo 100 litros pct. c/ 05 unidades	220	1,79
36	Sacos alvejados, tipo saco açúcar, 100% algodão, resistente, trama fechada. Medidas do saco aberto: 800mm x 500mm	110	3,29
37	Sacos p/ chão - 50x75cm - tipo saco açúcar, com trama fechada	110	1,74
38	Sapóleo em pó 300 g	180	2,09
39	Toalha de rosto, boa qualidade, medindo no mínimo 42x75cm, 100% algodão	100	4,72
40	Vassoura de palha reforçada com cabo de madeira, com feixes de palha com no mínimo três amarrações de arame de metal mais duas de fio nylon	30	8,98
41	Vassoura de pêlo sintético - 30 cm, com cabo em madeira revestido por plástico, para pisos lisos secos ou molhados, com suporte plástico.	35	6,98
42	Vassoura piaçava sintética com cabo de madeira revestido por plástico, para limpeza interna e externa, pisos lisos e molhados, com cerdas sintéticas plumadas de polipropileno, com suporte plástico que protege móveis e paredes contra batidas e arranhões.	50	6,94
43	Toalha de banho, boa qualidade, 100 % algodão, medindo no mínimo 65 cm x 1,30 m.	10	13,90

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 012/2009

ANEXO "F"

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Porto União e a empresa \_\_\_\_\_.

A Prefeitura Municipal Porto de União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, Santa Catarina, neste ato representada por

seu Prefeito, Sr. \_\_\_\_\_, a seguir denominada Contratante, e a empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pôr seu diretor, Sr. \_\_\_\_\_, (ou representante legal), a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços n.º 012/2009, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem pôr objeto o fornecimento material de limpeza para as Escolas municipais de ensino fundamental e Secretaria Municipal de Educação, para o segundo semestre letivo de 2009, conforme segue: itens \*\*\*\*\*\*, do referido Edital

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços n.º 012/2009, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pelo efetivo fornecimento do objeto contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor de R\$ ..... (.....).

PARAGRAFO ÚNICO - No valor estão incluídas todas as despesas necessárias, incluindo encargos trabalhistas, frete, impostos e demais tributos que venham incidir sobre o objeto deste termo contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, a vista conforme a retirada dos produtos mediante:

a) mediante a apresentação da Nota Fiscal/ Fatura, na qual deverá constar o número da licitação e do contrato que a originaram;

#### CLÁUSULA QUARTA - RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentaria: \*\*\*\*\*.

#### CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O objeto ora licitado, deverá ser entregue mediante ordem/solicitação da Prefeitura Municipal de Porto União, conforme a necessidade, até 31 de dezembro de 2009 e entregues a Rua Frei Rogério, 367, em horário de expediente

PARAGRAFO PRIMEIRO – As quantidades especificadas no presente processo, deverão ser entregues conforme a necessidade, mediante requisição da Secretaria Municipal da Educação, no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento do pedido, ou documento equivalente emitido pela Secretaria Municipal da Educação .

PARAGRAFO SEGUNDO - Não deverão ser entregues produtos danificados, amassados, não conforme ou com prazo de validade vencida, sob pena de devolução imediata, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo Máximo de 24 ( vinte e quatro) horas, sujeitos as penalidades previstas neste edital.

PARAGRAFO TERCEIRO – O licitante vencedor fica obrigado quando da entrega dos produtos, apresentar juntamente a Nota Fiscal e responder pela qualidade, quantidade, segurança e demais características dos produtos, bem como as observações as normas técnicas e legislação sanitária.

PARAGRAFO QUARTO - Quanto a problemas de qualidade dos produtos ou das condições das embalagens, o licitante notificado pela Secretaria Municipal da Educação – Setor de Alimentação Escolar, será responsável pela troca imediata de gêneros alimentícios que apresentar problemas, mesmo que este já tenha sido distribuído as escolas da Rede, sem custos para o município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os prazos acima estabelecidos poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, §§ 1.º e 2.º da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA SETIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos da CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Dar a CONTRATADA condições necessárias à regular a execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto licitado na forma ajustada e condições avençadas;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, providenciarias, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;
- c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações pôr ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, providenciarias, tributários, fiscais e comerciais;
- e) Responsabilizar-se pela boa qualidade do objeto fornecido em decorrência deste contrato, dando garantia nos termos da Legislação pertinente em vigor;
- f) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, trabalhista e tributaria em decorrência do fornecimento dos materiais, respondendo por si e por seus sucessores;

#### CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% ( dois pôr cento) sobre o valor total do contrato.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorra infração a quaisquer das cláusulas deste contrato e/ou quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA, reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pôlos Preceitos de Direito Público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente contrato será contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento até 31 de dezembro de 2009, ou a retirada total dos quantitativos licitados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA PUBLICIDADE**

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E pôr estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, pôr si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto União - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
Assinatura e CPF Assinatura e CPF

**Processo Licitatório Nº 102/2009 - Edital - PM**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO 102/2009

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009

**1. PREÂMBULO**

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto 078/2009 de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis informa aos convidados e aos demais que manifestarem interesse com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, nos termos do artigo 22 parágrafo 3º da Lei 8.666/93, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS no dia 17.08.2009 às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, sito à Rua Padre Anchieta, 126, neste Município, sendo a presente licitação do tipo MENOR PREÇO UNITARIO POR ITEM.

1.2 O recebimento do envelope n.º 01, contendo a documentação de Habilitação e envelope n.º 02, contendo a Proposta de Preços dos interessados dar-se-á até as 14:00 horas do dia 17.08.2009, na Recepção para protocolo.

1.3 - A abertura do Envelope n.º 01, contendo a documentação de habilitação, dar-se-á no mesmo endereço indicado no item 1.1, às 14:00 horas do dia 17.08.2009. Havendo a concordância da Comissão de Licitação e de todos os proponentes, formalmente expressa pelas assinaturas na respectiva Ata, ou Termo de Renúncia (modelo sugestivo no anexo "D"), renunciando à interposição de recurso quanto à fase de habilitação, proceder-se-á, nesta mesma data, a abertura do Envelope n.º 02, contendo a Proposta de Preços dos Proponentes Habilitados.

1.4 - Os interessados em adquirir fotocópia do Edital e de seus Anexos deverão fazê-lo mediante solicitação na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto União (SC).

**2. OBJETO**

2.1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de limpeza e higiene, para os Núcleos de Educação Infantil, conforme ANEXO "E" deste edital, a serem fornecidos conforme a necessidade mediante a requisição da Secretaria Municipal da Educação de Porto União.

2.2. O objeto ora licitado, deverá ser entregue mediante ordem/solicitação, da Secretaria Municipal da Educação, e em até 05 (cinco) dias úteis na Rua Frei Rogério, 367, Porto União em horário de expediente.

**3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 Poderão participar da presente licitação os interessados devidamente cadastrados na correspondente especialidade junto a Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto União, e os interessados, nos termos dos parágrafos 2º e 9º do art. 22 da Lei 8.666/93 e nas condições previstas neste edital.

3.2 Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

3.3 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

**4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES 01 E 02**

4.1 Os envelopes n.º 01 e 02, contendo, respectivamente, a documentação referente a habilitação e proposta de preços, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo desse instrumento convocatório, devidamente fechado, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO-SC  
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº  
ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PROPONENTE: (razão social da empresa)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO-SC  
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº  
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA DE PREÇO  
PROPONENTE: (razão social da empresa)

4.2 - Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma procuração devidamente registrada em cartório ou carta de credenciamento conforme modelo constante no anexo "A", a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação na data de abertura dos envelopes 01.

4.3 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste edital, não sendo permitido atraso, mesmo que involuntário, considerando-se como horário de entrega, o protocolo no Gabinete do Prefeito.

**5. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A HABILITAÇÃO**

5.1 - O envelope n.º 01, contendo a documentação relativa à documentação de habilitação deverá conter:

**5.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- No caso de sociedade comercial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com a última alteração contratual, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades pôr ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- No caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- No caso de firma individual: cédula de identidade, registro comercial, como prova de inscrição na junta comercial ou repartição correspondente;
- Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida pôr Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constan-



te no anexo "B" deste edital;

e) Declaração de Sujeição ao Edital e Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Qualificação devidamente assinada conforme modelo constante no anexo "C" deste edital.

f) Declaração formal e expressa da proponente, sob as penas da lei que atende o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos perigosos e insalubres e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos.

#### 5.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Tributos da Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa, ou de Regularidade Fiscal, para com a Fazenda Estadual, na unidade da Federação onde a empresa esteja sediada;

d) Certidão Negativa de Tributos Municipais, ou Regularidade Fiscal junto ao Município Sede da Proponente;

e) Prova de Regularidade Fiscal relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular, no cumprimento dos Encargos Sociais instituídos pela Lei (CND - INSS);

f) Prova de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos pela Lei.

5.1.3 - A proponente que for microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar algum documento quanto à regularidade fiscal com restrições, deverá obrigatoriamente apresentar Declaração de que cumpre com habilitação, com exceção do art. 43 da LC 123/06, junto com o envelope "01, referente aos documentos de habilitação, sob pena de preclusão dos direitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

#### 5.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial do exercício social de 2008 em que fique comprovado patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da presente licitação.

b) Certidão Negativa dos cartórios de registro de falências e concordatas expedidas pelo distribuidor da sede do proponente, com data não superior a 30 (trinta) dias.

c) Certidão Negativa de protestos e títulos, expedidos pelos órgãos de títulos da sede da Comarca do proponente, com data de até 30 (trinta) dias anteriores a data da abertura do presente certame, quando a data de validade não estiver expressa na certidão.

5.2 - Os documentos necessários à habilitação jurídica, regularidade fiscal e econômica e financeira dos proponentes poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou mediante conferência com os originais pelos membros da Comissão de Licitação ou ainda na Coordenadoria de Licitações da prefeitura, em até 24 horas antes da abertura dos envelopes. Em uma única via, sem rasuras, emendas ou entrelinhas.

#### 6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - A proposta de preços - Envelope n.º 02 - devidamente assinada e carimbada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e conter:

a) Preço unitário, bem como o preço total, devendo os preços incluir todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da presente licitação, tais como frete, impostos, taxas, encargos, etc.

b) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

c) Citar a marca do produto cotado, itens cotados sem citar a marca serão desconsiderados;

d) Produtos cotados fora das especificações do edital, serão desclassificados.

e) Número de telefone/fax, e-mail, endereço completo e indicação de responsável para responder junto ao município.

6.2 - Os preços, válidos na data de abertura da licitação, deverão ser cotados em Real, não se admitindo cotação em moeda estrangeira.

6.3 - O objeto ora licitado deverá ser entregue conforme a solicitação da Secretaria Municipal da Educação, através de requisição nas quantidades por ela determinadas até novembro de 2009.

#### 7. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

7.1 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes n.º 02. Na contagem do prazo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

#### 8. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e proponentes presentes.

8.2 - A abertura do envelope n.º 01 - HABILITAÇÃO, observará os seguintes procedimentos:

8.2.1 - No dia, hora e local determinados no PREÂMBULO deste Edital, em sessão pública, a comissão de licitação receberá os envelopes números 01 e 02, que serão rubricados pelos membros da comissão e pelos participantes presentes. Não serão recebidos Documentos de Habilitação e Propostas após a hora aprazada.

8.2.2 - Após o recebimento dos envelopes, a comissão de licitação, na presença facultativa dos proponentes interessados, efetuará a abertura e a análise da documentação contida no envelope 01 - HABILITAÇÃO, rubricando-se em todas as suas páginas e facultando aos proponentes presentes o mesmo procedimento.

8.2.3 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos de acordo com o exigido no item 5 e seus subitens deste edital.

8.2.4 Se o proponente for Microempresa ou empresa de Pequeno Porte devidamente comprovado no ato da apresentação dos documentos de habilitação, através de Certidão da Junta Comercial do Estado e quiser exercer o seu direito de preferência de acordo com os artigos 44 e 45 da lei Complementar n.º 123/2006, deverá fazê-lo no ato da sessão de julgamento das propostas, quando lhe será concedida o prazo de 5 (cinco) minutos, devendo obrigatoriamente haver um representante legal da empresa proponente presente, sob pena de preclusão dos direitos.

8.2.5 - No caso de decisão sobre a habilitação ou inabilitação das proponentes na mesma sessão, e desde que ocorra a desistência expressa, através da assinatura do Termo de Renúncia (modelo sugestivo no anexo "D"), da interposição de recursos pela unanimidade das proponentes, poderá a comissão de licitação proceder à abertura do envelope 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.

8.2.6 - Não havendo a desistência da interposição de recursos sobre as habilitações ou inabilitações, a comissão de licitação, respeitado o prazo recursal, marcará nova data, hora e local, para a abertura do envelope 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.

8.2.7 - Encerrada a fase preliminar de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia dos licitantes do direito de recorrer, a Comissão devolverá fechados, o envelope 02 - PROPOSTA DE PREÇOS, aos licitantes inabilitados, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela permanecerão apenas como assistentes.

8.3 - A abertura do envelope n.º 02 - PROPOSTA DE PREÇOS, observará o seguinte procedimento:

8.3.1 - O envelope 02 - PROPOSTA DE PREÇOS, dos proponentes



habilitados será aberto e rubricado folha pôr folha, pêlos membros da comissão de licitação e em seguida facultativamente pêlos proponentes presentes.

8.3.2 - À Comissão de Licitação é facultado solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos apresentados, bem como, promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução do processo.

8.3.3 - Após a abertura do envelope 02, a Comissão de Licitação procederá a análise e julgamento das mesmas, verificando a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 6 e seus subitens deste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes e incompatíveis.

8.4 - O julgamento das propostas observará os seguintes procedimentos:

8.4.1 - A presente licitação será julgada pelo critério de MENOR PREÇO UNITARIO POR ITEM.

8.4.2 - Será considerada desclassificada a proponente que:

- a) Deixar de atender alguma exigência do presente Edital;
- b) Apresentar oferta de vantagem não prevista no edital ou baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) Apresentar propostas com preços manifestamente inexequíveis.

8.4.3 - No julgamento das propostas de preços, a escolha entre os licitantes habilitados se fará pela ordem crescente de Menor Preço apurado nas Propostas.

8.4.4 - Havendo empate entre duas ou mais propostas apresentadas, será obedecido como critério de desempate, o sorteio público, no ato da abertura das propostas para o qual serão convidados todos os proponentes.

8.5 - À Comissão de Licitação é facultado solicitar das proponentes esclarecimentos com relação aos documentos apresentados, bem como, promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução do processo.

8.6 - As dúvidas que surgirem durante as sessões públicas, serão, a juízo da Comissão de Licitação, resolvidas pôr esta, na presença dos proponentes ou deixadas para posterior deliberação.

#### 09. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

09.1 - O objeto ora licitado, deverá ser entregue mediante ordem/solicitação, da Prefeitura Municipal de Porto União, conforme a necessidade, até novembro/2009 e entregues a Rua Frei Rogério, 367, em horário de expediente

09.2 As quantidades especificadas no presente processo, deverão ser entregues conforme a necessidade, mediante requisição da Secretaria Municipal da Educação, no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento do pedido, ou documento equivalente, emitido pela Secretaria Municipal da Educação .

09.3 Não deverão ser entregues produtos danificados, amassados, não conformes ou com prazo de validade vencida, sob pena de devolução imediata , o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo Máximo de 24 ( vinte e quatro) horas, sujeitos as penalidades previstas neste edital.

09.4 - O licitante vencedor fica obrigado quando da entrega dos produtos, apresentar juntamente a Nota Fiscal e responder pela qualidade, quantidade, segurança e demais características dos produtos, bem como as observações as normas técnicas e legislação sanitária.

#### 10. CRITÉRIO DE REAJUSTE

10.1 O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

#### 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado à vista, após a entrega do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal/ Fatura, conforme a quantidade solicitada pela Prefeitura.

11.2 A Prefeitura poderá efetuar os pagamentos por meio eletrônico no Banco do Brasil e ou na Caixa Econômica Federal.

11.3 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão pôr conta dos recursos das Dotações Orçamentárias n ° .

- Unidade 02.06 – Secretaria Municipal De Educação  
Projeto 2.009 – Manutenção Educação Infantil  
Elemento 3.3.90.30.00.00.00.00.0113 – Material de consumo  
Cód. 273

#### 12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, a Prefeitura Municipal de Porto União convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93.

12.2 - A Prefeitura Municipal de Porto União poderá, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei 8.666/93.

#### 13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

13.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratado as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois pôr cento) sobre o valor total do Contrato.

#### 14. CRITÉRIO DE REAJUSTE

14.1 - O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

#### 15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente na Coordenadoria de Licitações, no endereço citado neste Edital, ou através do telefone (0xx42) 3523-1155, ramal 213, de segunda à sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas.

15.2 - O valor a ser atribuído ao contrato será aquele resultante da proposta vencedora.

15.3 - Farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste Edital e seus anexos, os documentos nele referidos, além daqueles apresentados pela licitante vencedora.

15.4 - A Prefeitura Municipal de Porto União (SC) reserva-se aos seguintes direitos:

- a) de, a seu exclusivo critério, deixar de contratar no todo ou em parte os serviços ora licitados, ou de contratá-los de acordo com sua necessidade e disponibilidade financeira, ou ainda de implantá-los gradativamente, sem que se estenda o prazo de contratação e sem que caiba à Contratada direito de indenização;
- b) de, anular ou revogar a presente licitação, nos termos do art. 49 da lei n.º 8.666/93.

15.5 - Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, seus anexos e demais condições de execução dos serviços objeto da presente licitação, não podendo ser invocado em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo da correta formulação da Proposta.

15.6 - A participação nesta licitação, significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e seus Anexos, bem como a observância das leis, regulamentos e normas administra-

tivas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

15.7 - Informações fornecidas verbalmente pôr elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para impugnações.

15.8 - Maiores informações sobre o presente Edital, bem como cópia do mesmo, podem ser obtidos na Prefeitura Municipal de Porto União, junto a Coordenadoria de Licitações das 12:00 às 18:00 horas.

#### 16. CASOS OMISSOS

16.1 - Aplicam-se a este Edital as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, incorporando as alterações introduzidas pela Lei n.º 8.883 de 08 de junho de 1994 e pela Lei n.º 9.648 de 28 de maio de 1998.

16.2 - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações, encarregada do recebimento, análise e julgamento das propostas.

#### 17. ANEXOS DO EDITAL

17.1 - Integram o presente edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- A) MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
- B) MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- C) MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO;
- D) MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA (OPCIONAL);
- E) RELAÇÃO DOS ITENS E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO;
- F) MINUTA DE CONTRATO;

Porto União - SC, 29 de julho de 2009

DEIVIDSON LUIZ OKOPNIK

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto n.º 078/2009

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009

ANEXO "A"

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União - SC

Pela presente, credenciamos o (a) Sr.(a)....., portador (a) da Cédula de Identidade sob n.º.....e CPF sob n.º ....., a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009, instaurado pela Prefeitura Municipal de Porto União.

Na qualidade de representante legal da empresa ..... , outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

....., em..... de ..... de 2009.

(Nome, cargo. Identidade do Representante Legal da Empresa Proponente)

CNPJ da empresa proponente

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009

ANEXO "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União - SC

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009, instaurado pela Prefeitura Municipal de Porto União, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Pôr ser expressão da verdade, firmamos o presente.

....., em.....de.....de 2009.

(Nome, Cargo, Identidade do Representante Legal da Empresa Proponente)

CNPJ da empresa proponente

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009

ANEXO "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União - SC

Ref.: Processo Licitatório n.º 102/2009

Modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009

O signatário da presente, em nome da proponente ..... , declara conhecer e concordar com todos os termos do Procedimento Licitatório supramencionado, seus respectivos anexos e documentos, que a mesma acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de entrega do material licitado.

O signatário da presente declara, também, em nome da referida proponente, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto a adjudicação, objeto do presente procedimento.

Declara, ainda, para todos os fins de direito a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º e Artigo 97 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2009.

(Nome, cargo, Identidade do Representante Legal da Empresa Proponente)

CNPJ da empresa Proponente

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009

ANEXO "D"

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto União - SC

TERMO DE RENÚNCIA

A Proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009, pôr seu representante credenciado, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço, dos proponentes habilitados.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2009.

(Nome, cargo. Identidade do Representante Legal da Empresa Proponente)

CNPJ DA EMPRESA PROPONENTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2009

Tomada de Preços para Compras e Serviços n.º 013/2009

"ANEXO E"

RELAÇÃO DE PRODUTOS

01 - 300 Unidades de sabonete em barra, de 90 gr - 0,80

02 - 700 Unidades de creme dental de 90 gr - 1,79

03 - 600 pcts. de papel higiênico branco, neutro, com extrato de algodão, de 60 mts x 10 cm, com 4 un, picotado, gofrado, folhas macias – 4,10

04 - 60 frascos de shampoo, infantil, neutro, 350 ml – 7,40

05 - 50 frascos de condicionador, infantil, 350 ml – 7,90

06 - 33 Vassouras de palha, com cabo de madeira – 8,98

07 - 100 un. vassouras de nylon, 20 cm, com cabo em estrutura metálica revestido em plástico – 6,89

08 - 400 Esponjas de louça dupla-face, antibactéria, 110 X 75 X 20 mm – 0,98

09 - 200 Pacotes de lã de aço com 8 unidades cada – 1,87

10 - 45 Pacotes de sabão em pedra, glicerinado, com cristais de bicarbonato, 200 grs, com 5 unidades cada – 8,60

11 - 150 caixas de sabão em pó de 1 kg, com cristais revitalizadores de alvejante seguro – 5,67

12 - 1000 Unidades de detergente para louça de 500 ml, com glicerina, super rendimento, testado dermatologicamente – 1,08

13 - 100 un. Rodo de madeira, 40 cm, duplo, para água, com cabo – 5,70

14 - 600 gar. de álcool, 970 ml, 92,8° para limpezas em geral – 2,90

15 - 300 gar. de álcool, 970 ml, 70° - para esterilização – 4,30

16 - 200 Unidades de sapólio em pó, de 300 gr – 2,09

17 - 1000 Unidades de desinfetante para banheiro de 500 ml, ação bactericida e germicida – 1,35

18 - 1000 Litros de água sanitária, 01 litro, teor de cloro: 2,5% pp, alvejante, desinfetante, bactericida – 0,98

19 - 300 pacotes de sacos lixo de 100 lts com 5 un cada, classe 1, resistente, reforçado – 2,80

20 - 300 Pac. de sacos lixo de 50 lts com 10 un cada, classe 1, resistente, reforçado – 2,80

21 - 100 Frascos de talco para bebê de 200 gr cada – 4,98

22 - 150 Pomadas para assadura de 45 gramas cada, com vitaminas A e D – 8,70

23 - 100 cx hastes flexíveis de algodão, 75 un – 1,35

24 - 100 pcts algodão, 25 grs – 1,60

25 - 30 latas de cera em pasta, incolor, 4,5 kgs, de alta qualidade – 47,00

26 - 50 pcts de saco de lixo de 30 lts. Com 10 un cada, classe 1, resistente, reforçado – 2,80

27 - 50 pcts de saco de lixo de 15 lts. Com 10 un cada, classe 1, resistente, reforçado – 2,80

28 - 50 Litros de querosene, 800 ml – 5,40

29 - 200 un Limpador instantâneo multi-uso, desengordurante, 500 ml. – 4,98

30 - 100 un Cera líquida para piso cerâmico/madeira, incolor, 750ml, alta qualidade, com película protetora – 5,98

31 - 100 frascos de cera líquida, para assoalho de madeira, alto brilho, 750 ml, anti pó, nas cores amarela e branca – 4,49

32 - 60 bobinas de sacos plástico para embalar alimentos, capacidade 5 kg, c/50 unid. – 2,28

33 - 100 rodos de espuma, 40 cm, reforçado, com cabo de madeira – 5,99

34 - 200 pcts de lenços umedecidos, para higiene de bebês, 70 un., 21 X 12 cm, sem álcool – 2,20

35 - 50 pazinha de plástico, reforçada, para recolher lixo – 2,10

36 - 100 pcts de fraldas de pano, com 5 un., 100% algodão, 65 x 65 cm., tecido duplo – 11,80

37 - 100 Un. de flanelas para lustrar móveis 30x40 cm. cor branca – 1,00

38 - 20 pacotes de luvas descartáveis, de plástico, ambidestra, protege contra contaminação, para uso em trabalhos manuais e alimentação, com 100 unidades – 4,90

39 - 10 pacotes de touca para uso por merendeiras, sanfonada, confeccionada em TNT, atóxica, 100% polipropileno, esterilizável, com 100 unidades – 18,00

40 - 30 pares de luvas de látex, resistente, multiuso, antiderrapante, anatômica, interior com flocos de algodão, tamanho M – 2,85

41 - 30 pares de luvas de látex, resistente, multiuso, antiderrapante, anatômica, interior com flocos de algodão, tamanho P – 2,85

42 - 100 pcts. Copos descartáveis, 100 un., 180 ml, não tóxico, padrão ABNT – 2,49

43 - 100 pcts copos descartáveis, 100 un., 80 ml, não tóxico, padrão ABNT – 1,79

44 - 33 unid. escova de chão, com cabo de madeira – 4,98

45 - 100 un. palha de aço para assoalho, nº1 – 0,64

46 - 50 bacias plásticas, reforçadas, capacidade 10 litros – 9,80

47 - 100 maços de fórforo, com 10 cx, 40 unid. por caixa – 1,55

48 - 1000 un. escova dental infantil, cerdas macias – 1,50

Obs: produtos de primeira linha, boa qualidade, bom rendimento, bem acabados e resistentes.

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009  
ANEXO "F"

#### MINUTA DE CONTRATO

Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Porto União e a empresa \_\_\_\_\_.

A Prefeitura Municipal Porto de União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. \_\_\_\_\_, a seguir denominada Contratante, e a empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu diretor, Sr. \_\_\_\_\_, (ou representante legal), a seguir denominada Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento material de limpeza para as Escolas municipais de ensino fundamental e Secretaria Municipal de Educação, para o segundo semestre letivo de 2009, conforme segue: itens \*\*\*\*\* do referido Edital

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 013/2009, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Pelo efetivo fornecimento do objeto contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor de R\$ ..... (.....).

PARÁGRAFO ÚNICO - No valor estão incluídas todas as despesas necessárias, incluindo encargos trabalhistas, frete, impostos



e demais tributos que venham incidir sobre o objeto deste termo contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, a vista conforme a retirada dos produtos mediante:

a) mediante a apresentação da Nota Fiscal/ Fatura, na qual deverá constar o número da licitação e do contrato que a originaram;

#### CLÁUSULA QUARTA - RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentaria: \*\*\*\*\*.

#### CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O objeto ora licitado, deverá ser entregue mediante ordem/ solicitação da Prefeitura Municipal de Porto União, conforme a necessidade, até dezembro/2009 e entregues a Rua Frei Rogério, 367, em horário de expediente

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As quantidades especificadas no presente processo, deverão ser entregues conforme a necessidade, mediante requisição da Secretaria Municipal da Educação, no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento do pedido, ou documento equivalente emitido pela Secretaria Municipal da Educação .

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não deverão ser entregues produtos danificados, amassados, não conforme ou com prazo de validade vencida, sob pena de devolução imediata, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo Máximo de 24 ( vinte e quatro) horas, sujeitos as penalidades previstas neste edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O licitante vencedor fica obrigado quando da entrega dos produtos, apresentar juntamente a Nota Fiscal e responder pela qualidade, quantidade, segurança e demais características dos produtos, bem como as observações as normas técnicas e legislação sanitária.

PARÁGRAFO QUARTO - Quanto a problemas de qualidade dos produtos ou das condições das embalagens, o licitante notificado pela Secretaria Municipal da Educação – Setor de Alimentação Escolar, será responsável pela troca imediata de gêneros alimentícios que apresentar problemas, mesmo que este já tenha sido distribuído as escolas da Rede, sem custos para o município.

PARÁGRAFO UNICO - Os prazos acima estabelecidos poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, §§ 1.º e 2.º da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA SETIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos da CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;  
b) Dar a CONTRATADA condições necessárias a regular a execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto licitado na forma ajustada e condições avençadas;  
b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;  
c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;  
d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação

em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributários, fiscais e comerciais;

e) Responsabilizar-se pela boa qualidade do objeto fornecido em decorrência deste contrato, dando garantia nos termos da Legislação pertinente em vigor;

f) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, trabalhista e tributária em decorrência do fornecimento dos materiais, respondendo por si e por seus sucessores;

#### CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% ( dois por cento) sobre o valor total do contrato.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorra infração a quaisquer das cláusulas deste contrato e/ou quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA, reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento até novembro de 2009, ou a retirada total dos quantitativos licitados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E pôr estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, pôr si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto União - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2009.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

Assinatura e CPF

Assinatura e CPF



**Processo Licitatório N° 103/2009 - Edital - PM****ATENÇÃO!!!!!!!**

- POR SER ESTE PREGÃO UMA MODALIDADE DE LICITAÇÃO COM CARACTERÍSTICAS SIMILARES A DE LEILÃO, EM QUE O CALOR DA COMPETIÇÃO PODE LEVAR A FORTES EMOÇÕES E EM CONSEQUÊNCIA, A REDUÇÃO INDISCRIMINADA NOS LANCES OFERTADOS, É PRUDENTE QUE O OFERTANTE TENHA, PREVIAMENTE, EM MENTE, TODOS OS CUSTOS E LUCROS QUE POSSAM CONSTITUIR O LANCE MÍNIMO REAL A QUE SE PODERÁ ALCANÇAR, POIS NÃO SERÃO ACEITOS DESISTÊNCIAS POSTERIORES DEVIDO A IMPRUDÊNCIA OCORRIDA, FICANDO A LICITANTE, NESTAS CONDIÇÕES, SUJEITAS ÀS PENAS LEGAIS E EDITALÍCIAS, BEM ASSIM IMPEDIDAS DE LICITAR E CONTRATAR COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE ATÉ 05 ANOS.

- POR MOTIVOS DE OCORRÊNCIA DE MUITAS INABILITAÇÕES EM LICITAÇÕES ANTERIORES, ALERTAMOS A TODOS PARA AS SEGUINTE PRECAUÇÕES:

- Não insira o Formulário de Credenciamento e a Declaração de que cumprem os requisitos de habilitação ( Anexo III e ANEXO II ) no envelope Proposta ou Habilitação.

- É extremamente importante que as próprias Licitantes tragam elaborados e/ou preenchidos seus próprios Formulários de Credenciamento podendo utilizar o Modelo (anexo II), para melhor fluir os trabalhos do pregoeiro e sua equipe, visando o interesse geral.

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 103/09  
PREGÃO PRESENCIAL No 041/2009

**01. PREÂMBULO**

A Prefeitura Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria 010/2009, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 103/2009, na Modalidade Pregão, com adjudicação por item, do tipo Presencial 041/2009, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria e Decreto Municipal n.º 323/06. Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Padre Anchieta, 126 – Porto União – SC, CEP 89400-000, até às 14:00 horas do dia 12 de agosto de 2.009, após o Protocolo dos mesmos, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas do mesmo dia e local.

**02. OBJETO**

2.1 - A presente licitação tem por objeto a Prestação de Serviços de Fotocópias, conforme segue:

Item 01 – 200.000 (duzentas mil) fotocópias monocromáticas (preto & branco), em papel tamanho A 4;

Item 02 – 5.000 (cinco mil) fotocópias policromáticas (coloridas), em papel tamanho A 3, em máquina modelo Laser;

Item 03 – 5.000 (cinco mil) fotocópias policromáticas (coloridas), em papel A 3, em máquina modelo jato de tinta.

**03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO**

3.1 - Poderão participar deste Pregão as licitantes que:

3.1.1 Sejam pessoas jurídicas e estejam devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Porto União, e ainda as que se cadastrarem até o 3.º dia anterior ao do recebimento das propostas, desde que atendam aos requisitos exigidos neste Edital.

3.1.2 – desempenham atividades pertinentes e compatível com o objeto deste Pregão;

3.1.3 – atendam as exigências constantes neste edital e nos seus anexos, inclusive quanto a documentação requerida;

3.2 – Não será admitida nesta licitação a participação de

empresas:

3.2.1 – Concorratárias ou em processo de falência, sob concurso de credores em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 – Que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com o Ministério da Justiça ou com a Administração Pública, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.3 – Que estejam reunidas em consorcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de constituição;

3.2.4 – Estrangeiras que não funcionem no país.

**04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO N.º /2009  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO-SC  
ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial

B) PREGÃO N.º /2009  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO-SC  
ENVELOPE N.º 02 - Documentação

Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Tal comprovação deverá ser feita através de procuração com poderes específicos ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), com firma reconhecida em Cartório, com comprovação de que o outorgante tem poderes para conceder a procuração ( contrato social) ou a carta de credenciamento e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, (vide observação na primeira página), ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. A falta deste documento não inabilitará a licitante

**05. DA PROPOSTA COMERCIAL**

A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, constando o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos e de preferência, também por extenso. Em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, frete, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação;

d) conter declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital.

e) Conter obrigatoriamente, numero de telefone/fax, e-mail, endereço completo com indicação de um responsável para

responder junto ao município.

Parágrafo único — Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do Anexo IV do Edital.

## 06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

### 6.1. Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

### 6.2. Regularidade Fiscal:

a) Certidão conjunta negativa de tributos da Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

6.3. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.4. A proponente que for microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar algum documento quanto à regularidade fiscal com restrições, deverá obrigatoriamente apresentar Declaração de que cumpre com habilitação, com exceção do art. 43 da LC 123/06, no ATO do CREDENCIAMENTO, sob pena de preclusão dos direitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

6.5. Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Porto União, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

## 07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação a parte (modelo sugestivo no Anexo III do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item, conforme Anexo I do Edital.

Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e

sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lance com vista ao empate. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

Se o proponente for Microempresa ou empresa de Pequeno Porte devidamente comprovado no ato do credenciamento, através de Certidão da Junta Comercial do Estado e quiser exercer o seu direito de preferência de acordo com os artigos 44 e 45 da lei Complementar n.º 123/2006, deverá fazê-lo no ato da sessão de julgamento das propostas, quando lhe será concedida o prazo de 5 (cinco) minutos, devendo obrigatoriamente haver um representante legal da empresa proponente presente, sob pena de preclusão dos direitos.

Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com

as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

#### 08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

O(s) recurso(s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Setor de Protocolo, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

#### 09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 O objeto ora licitado deverá ser prestado mediante ordem da Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Compras nas quantidades especificadas, mediante requisição.

A totalidade do objeto ora licitado poderá ser utilizado em até 12 meses.

#### 10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante:

- a) A apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, conforme a quantidade solicitada pela Prefeitura Municipal.
- b) A Prefeitura poderá efetuar os pagamentos por meio eletrônico no Banco do Brasil e ou na Caixa Econômica Federal.

#### 11. CRITERIO DE REAJUSTE

11.1 – O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajustes.

#### 12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da dotação:

Unidade: 02.10 Encargos Gerais do Município;

Atividade: 2.034 – Encargos Gerais da Administração

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terceiros – pessoa Jurídica

Cód.: 212

Unidade: 02.06 Secretaria Municipal de Educação

Atividade: 2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0113 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Cód.: 94

Unidade: 02.06 Secretaria Municipal de Educação

Atividade: 2.009 – Manutenção Educação Infantil

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0113 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód.: 274

Unidade: 02.06 Secretaria Municipal de Educação

Atividade: 2.010 – Manutenção Secretaria de Educação

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0104 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód.: 69

Unidade: 02.09 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.026 – Manut. Secretaria de Desenvolvimento Social

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica

Cód.: 187

#### 13. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes n.º 02. Na contagem do prazo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

#### 14. ADJUDICAÇÃO

Adjudicado o objeto da presente licitação, a Prefeitura Municipal de Porto União convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

O fato da empresa vencedora não comparecer para assinar o contrato no prazo retro mencionado pode sujeitá-la as sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

#### 15. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

15.1 – O objeto ora licitado será efetuado mediante ordem da Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Compras até 12 meses da assinatura do contrato, através de requisição, nas quantidades nela determinadas.

15.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### 16. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 17. PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

#### 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

18.2. No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

18.3. Integram este Edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – Preço Máximo Admitido ;
- ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;
- ANEXO III – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos



requisitos de Habilitação;

- ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO V - Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.4. A Prefeitura Municipal de Porto União (SC) reserva-se aos seguintes direitos:

- a) de, a seu exclusivo critério, deixar de contratar no todo ou em parte os serviços ora licitados, ou de contratá-los de acordo com sua necessidade e disponibilidade financeira, ou ainda de implantá-los gradativamente, sem que se estenda o prazo de contratação e sem que caiba à Contratada direito de indenização;
- b) de, anular ou revogar a presente licitação, nos termos do art. 49 da lei n.º 8.666/93.

18.5. Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta implicará aceitação das condições estabelecidas neste edital.

18.6. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.7. Não Serão admitidas a esta licitação pessoas jurídicas suspensas ou impedidas de licitar, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

18.8. Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (42)35231155 ou ainda pelo e-mail: licitação@portouniao.sc.gov.br até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

APROVO O EDITAL.

Dê-se-lhe a divulgação prevista na Lei n. 10.520/02.

E, para que ninguém alegue ignorância, é o presente Edital publicado em resumo no JORNAL O COMÉRCIO e afixado em local de costume da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO.

Porto União(SC), 29 de julho de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 103/2009

PREGÃO No 041/2009

Fica fixado o preço unitário máximo para o presente certame em:

Item 01 – R\$ 0,12 (doze centavos)

Item 02 – R\$ 2,00 (dois reais)

Item 03 – R\$ 1,50 (hum real e cinquenta centavos).

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 103/09

PREGÃO No 041/09

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF sob n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Porto União-SC, na modalidade Pregão n.º 041009, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome, identidade, cargo do representante legal da empresa  
CNPJ da empresa

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 103/09

PREGÃO No 041/09

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º 041/2009, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome, identidade, cargo do Representante legal da empresa  
CNPJ da empresa proponente

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 103/2009

PREGÃO No 041/2009

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento de .....  
....., objeto da presente licitação, modalidade Pregão n.º 041/2009, acatando todas as estipulações consignadas:

Item 01 - Valor unitario R\$

( por extenso) \_\_\_\_\_

Item 02 – Valor unitário R\$

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, frete etc..., assim como outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem à todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

DATA:

nome, cargo, identidade, do representante legal da empresa  
CNPJ da empresa proponente

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 103/2009

PREGÃO No 041/2009

..... inscrita no CNPJ n.º .....  
....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) ..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

data

Nome, cargo, identidade do representante legal da empresa  
CNPJ da empresa proponente



**PROCESSO LICITATORIO 103/2009****PREGÃO PRESENCIAL 041/2009****ANEXO "E"****MINUTA DE CONTRATO**

Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Porto União e a empresa \_\_\_\_\_.

A Prefeitura Municipal Porto de União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. \_\_\_\_\_, a seguir denominada Contratante, e a empresa \_\_\_\_\_,

Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ / MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu diretor, Sr. \_\_\_\_\_,

(ou representante legal), a seguir denominada Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação modalidade Pregão Presencial 041/2009, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a Prestação de Serviços de Fotocópias que serão fornecidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Compras.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Presencial 041/2009, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL**

Pelo efetivo fornecimento do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No valor estão incluídas todas as despesas necessárias, incluindo encargos trabalhistas e demais tributos que venham a incidir sobre o objeto deste termo contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias mediante:  
a) apresentação da nota fiscal/fatura, discriminando a quantidade do produto licitado, bem como a licitação e o número do contrato a que se refere.

**CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os serviços serão prestados, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal, nas quantidades especificadas, através de requisição.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A totalidade dos materiais poderá ser retirada em 12 meses da assinatura do presente contrato.

**CLAUSULA QUINTA - RECURSO FINANCEIRO**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das Dotações Orçamentárias n.º:

•

**CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

**CLÁUSULA SETIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**  
Constituem direitos da CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**- Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) dar a CONTRATADA condições necessárias à regular a execução do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) fornecer o objeto deste contrato na forma e condições avençadas;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;
- c) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) responsabilizar-se pela boa qualidade do produto fornecido;
- e) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

**CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL**

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

**CLÁUSULA NONA - RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.

**PARAGRAFO UNICO**- A CONTRATADA, reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, prevista no artigo 77, da lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DECIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 10520/02 e na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente contrato será da data de assinatura do presente instrumento até \*\*\*\*\* ou até a retirada total do quantitativo licitado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE**

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 3 (tres) vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto União - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1ª

2ª

Assinatura e CPF

Assinatura e CPF

**Extrato de Contrato N° 146/2009**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO 146/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 188/2008

Partes: Município de Porto União e Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato para mais 12 meses a partir de 18 de julho de 2009. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 28 de julho de 2009

EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Contratada

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato N° 147/2009**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO 146/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 188/2008

Partes: Município de Porto União e Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos

Clausula Primeira: Prorroga-se o aludido contrato para mais 12 meses a partir de 18 de julho de 2009. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 28 de julho de 2009

EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Contratada

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato N° 148/2009**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO 148/2009

Segundo Termo aditivo ao contrato 027/2009

Partes: Município de Porto União e Auto Posto Iguazu Ltda

Clausula Primeira: O lit de álcool passa a R\$ 1,50 a partir de 16 de julho de 2009. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 28 de julho de 2009

AUTO POSTO IGUAÇU LTDA

Contratada

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato N° 149/2009**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO 149/2009

Partes: Município de Porto União e Kalliper Equipamentos para Reciclagem Ltda..

Objeto: fornecimento de uma prensa vertical.

Valor total: R\$ 5.570,00 ( cinco mil, quinhentos e setenta reais)

Vigência: 29 de julho de 2010 .

Base legal Pregão Presencial 035/2009 e lei 10.520/02

Porto União SC, 26 de junho de 2009

KALLIPER EQ. PARA RECICLAGEM LTDA

Contratada

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato N° 151/2009**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO 151/2009

Partes: Município de Porto União e Maristela Gomes .

Objeto: locação de cobertura de lona para eventos, banheiros químicos portáteis, palco estrutura metálica e madeira.

Valor total: R\$ 44.400,00 ( quarenta e quatro mil e quatrocentos reais)

Vigência: 12 meses .

Base legal Pregão Presencial 034/2009 e lei 10.520/02

Porto União SC, 29 de julho de 2009

MARISTELA GOMES DANCETERIA ME

Contratada

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços N° 001/2009**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2009

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de 2009, autorizado junto ao Processo Licitatório 084/2009, Pregão presencial 031/2009, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR E O DETENTOR DA ATA:

1 Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Empreiteira de Mão de Obra Mohr, CNPJ/MF nº 83.239.140/0001-77, representado pelo senhor Lodemar Mohr, inscrito no CPF 292.199.739-87, RG 488.492 SC.

**1.1 Descrição do Item:**

Registro de Preços para prestação de serviços de horas máquinas trabalhadas conforme segue:

Item	Descrição	Unid.	Preço	Prazo
04	Horas máquina de caminhão caçamba trucado, traçado, com no máximo 07 anos de uso.	Horas	R\$ 73,00	12 MESES

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Presencial 031/2009, juntamente com seus anexos e a proposta

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar da sua assinatura.

1.4.O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 031/2009

1.5 O prazo para execução dos respectivos serviços será o estabelecido no item 2 do Edital de Pregão Presencial, inclusive nas condições estabelecidas pelo Detentor da Ata de Registro de Preços, de cada pedido de fornecimento.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR .

1.8 - As despesas decorrentes na execução dos serviços relativo

ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta dos serviços executados.

1.9 – Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

2.0 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 – O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 031/2009.

2.3 – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Presencial 031/2009, a com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.4 – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Renato Stasiak, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Lodemar Mohr, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata e testemunhas.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

Empreiteira de Mão de Obra Mohr  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

### Ata de Registro de Preços Nº 002/2009

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2009

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de 2009, autorizado junto ao Processo Licitatório 084/2009, Pregão presencial 031/2009, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR E O DETENTOR DA ATA:

1 Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: DUPLA AÇÃO LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF n.º 05.543.349/0001-93, representado pelo senhor Pedro da Cruz dos Santos, inscrito no CPF 005.028.359-66, e portador do RG 6.452.235/3 SSP/PR.

#### 1.1 Descrição do Item:

Registro de Preços para prestação de serviços de horas máquinas trabalhadas conforme segue:

Item	Descrição	Unid.	Preço	Prazo
01	Horas máquina de escavadeira hidráulica com peso operacional de 20.000 Kg, com no máximo 07 (sete) anos de uso.	Horas	R\$ 157,00	12 MESES
02	Horas máquina de escavadeira hidráulica, com peso operacional de 17.000 Kg, com no máximo 07 (sete) anos de uso.	Horas	R\$ 110,00	12 MESES

03	Horas máquina de trator de esteira, com peso operacional de 11.000 Kg, com no máximo 07 (sete) anos de uso.	Horas	R\$ 108,50	12 MESES
----	---	-------	------------	----------

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Presencial 031/2009, juntamente com seus anexos e a proposta.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar da sua assinatura.

1.4.O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 031/2009

1.5 O prazo para execução dos respectivos serviços será o estabelecido no item 2 do Edital de Pregão Presencial, inclusive nas condições estabelecidas pelo Detentor da Ata de Registro de Preços, de cada pedido de fornecimento.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

1.8 - As despesas decorrentes na execução dos serviços relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta dos serviços executados.

1.9 – Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

2.0 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 – O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 031/2009.

2.3 – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Presencial 031/2009, a com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.4 – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Renato Stasiak, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Pedro da Cruz dos Santos, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata e testemunhas.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

Dupla Ação Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

## Rio do Sul

### Prefeitura Municipal

**Portaria N° 0687/RH**

PORTARIA N.º 0687/RH, 21 DE JULHO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Conceder Auxílio Escolar, na forma de bolsa de estudo, para frequentar curso a nível de terceiro grau, a partir do mês de 07/2009, de acordo com a Lei Complementar N.º 099 de 24/04/2003, no seu Art. 68, regulamentado pelo Decreto N.º 210 de 19/05/2003, e Lei Complementar n.º 165 de 27/02/2007, e conforme protocolo n.º 115777/2009, ao servidor municipal FABRICIO UHLMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, nível 20, faixa 21, condicionado as exigências do texto legal.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
21 de Julho de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Jot

**Portaria N° 0688/RH**

PORTARIA N.º 0688/RH, 21 DE JULHO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Conceder Auxílio Escolar, na forma de bolsa de estudo, para frequentar curso a nível de terceiro grau, a partir do mês de 07/2009, de acordo com a Lei Complementar N.º 099 de 24/04/2003, no seu Art. 68, regulamentado pelo Decreto N.º 210 de 19/05/2003, e Lei Complementar n.º 165 de 27/02/2007, e conforme protocolo n.º 115741/2009, à servidora municipal GRAZIELLE HENCKE SERAFIM, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, nível 40, faixa 41, condicionado as exigências do texto legal.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração  
21 de Julho de 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Jot

**Portaria N° 0691/RH**

PORTARIA N.º 0691/RH, 22 DE JULHO DE 2009

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido, a partir de 22/07/2009, o servidor municipal VANDERLEI FERREIRA, do cargo de provimento efetivo de Vigia, nível 20, faixa 21, de acordo com o Inciso I, do Art. 30, da Lei Complementar N° 099, de 24/04/2003.

Gabinete do Secretario Municipal de Administração  
22 de Julho de 2009  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Dpsj

## Salto Veloso

### Prefeitura Municipal

**Portaria N° DP0105/2009**

PORTARIA N.º. DP0105/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 03 de Agosto de 2009 a 31 de Outubro de 2009, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor (a) CLODOALDO JOSÉ VIGOLO, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Operador de Trator Agrícola.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Agosto de 2009.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato N° 0046/2009**

EXTRATO DE CONTRATO N° 0046/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

CONTRATO N° 0046/2009

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: Serviço de Coleta de Lixo Urbano

Valor Mensal: R\$ 15.456,00 (Quinze mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais)

Valor Total: R\$ 370.944,00 (Trezentos e Setenta mil e novecentos e quarenta e quatro reais)

Vigência: 24(vinte e quatro) meses

Base Legal: Processo Licitatório nº 0030/2009 – TP nº 0006/2009.

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 31 de julho de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

## São Lourenço do Oeste

### Prefeitura Municipal

**Extrato de Publicação- Processo Licitatório N 080/2009**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 080/2009

DISPENSA N. 08/2009

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL P/ FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEPÓSITO DA ALI-



MENTAÇÃO ESCOLAR, SITUADO NA AV. BRASIL, 1085.  
Valor: R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).  
Fundamento: Artigo 24, inciso X, da Lei n. 8.666/93.  
Vigência: De 03 de agosto a 31 de dezembro de 2009, com a possibilidade de prorrogação, de acordo com o art. 57, II, da Lei 8.666 de 1993.  
Contratada: CELIO ARMANDO JANCZESKI - CPF 462.861.609-49  
Recursos Orçamentários: 2.011.3390.00 - Manutenção da Educação Básica do Município

São Lourenço do Oeste (SC), 27 de julho de 2009  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### Prefeitura Municipal

#### Decreto N° 332/2009

DECRETO N.º 332/2009

Autoriza a Readaptação do funcionário SAMIR JOSÉ VEBER, para exercer as funções do cargo de Chefe de Controle de Patrimônio, Transportes e Serviços.

ALMIR VALÉRIO DA SILVA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 22, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Fica autorizado a readaptação do funcionário SAMIR JOSÉ VEBER, motorista II, para exercer as funções do cargo de Chefe de Controle de Patrimônio, Transportes e Serviços, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, para atuar junto a Sede da Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- Fica autorizado a contratação de servidor temporário para substituir o motorista junto a Secretaria da Educação.

Art. 3.º- A readaptação não modificará a remuneração e o nível do cargo original.

Art. 4.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de julho de 2009.  
ALMIR VALÉRIO DA SILVA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

#### Decreto N° 333/2009

DECRETO N.º 333/2009

Concede Férias ao servidor AUDI SCHVAMBACH.

ALMIR VALÉRIO DA SILVA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor AUDI SCHVAMBACH, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 31/07/09 a 29/08/09, referente ao período aquisitivo de 2008/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de julho de 2009.  
ALMIR VALÉRIO DA SILVA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

#### II - Errata do Edital – Pregão Presencial N°11/2009

II - ERRATA DO EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL n.º11/2009

CONSIDERANDO o equívoco constante do Edital n.º11/2009 no que tange às documentações conforme cláusula 9.1 do Edital,

RESOLVE a Comissão Permanente de Licitações retificar o item, Retirando a letra "j" do qual se trata da Certidão de Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE –, renovável anualmente, emitida pela ANVISA, dentro do prazo de validade, conforme determinação do art. 50 da Lei n.º 6.360/1976 c/c o art. 23, §§ 7.º e 8.º da Lei n.º 9.782/1999.

Art. 1º Os demais termos e condições do Edital nº 11/2009 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Art. 2º Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de julho de 2009.  
CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES (Pregoeira)  
Comissão Permanente de Licitações

## Schroeder

### Prefeitura Municipal

#### Extrato do Contrato N° 182/2009-PMS

EXTRATO DO CONTRATO N.º. 182/2009-PMS

Processo de licitação n.º. 99/2009 - PMS

Modalidade Pregão Presencial n.º. 73/2009 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n.º. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n.º. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 03.734.219/0001-02, e Inscrição Estadual sob o n.º. 254.021.964 estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, 5.588, Centro, Cidade de Schroeder/SC.

Objeto: Aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

Valor do Contrato: R\$ 2.149,16 (Dois mil cento e quarenta e nove reais e dezesseis centavos).

Data da Assinatura: 31/07/2009.

Vigência: 31/12/2009

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato N° 68/2009-FMS

EXTRATO DO CONTRATO N.º. 68/2009-FMS

Processo de licitação n.º. 27/2009 - FMS

Modalidade Pregão Presencial n.º. 23/2009 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n.º 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: ZANDONÁ & PIVA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.456.804/0001-50 e inscrição Estadual nº. 254.226.027, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, 3246, Bairro Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de refrigeradores para suprir as necessidades da sala de vacina da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

Valor do Contrato: R\$ 2.154,00 (Dois mil cento e cinquenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 31/07/2009

Vigência: 31/12/2009

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### **Rescisão do Contrato Nº 50/2009-FMS**

RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 50/2009-FMS

Processo de licitação nº. 27/2009 - FMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 23/2009 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: ADMINISTRA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS E MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.541.301/0001-86 e inscrição Estadual nº. 25.575.766-2, estabelecida na Rua 1034, nº. 67, Bairro Joao Pessoa, no Município de Jaraguá do Sul - SC.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de refrigeradores para suprir as necessidades da sala de vacina da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

Valor do Contrato: R\$ 2.109,00 (Dois mil cento e nove reais).

Data da Assinatura: 02/06/2009

Vigência: 31/12/2009

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

## **Tunápolis**

### **Prefeitura Municipal**

### **Pregão Presencial Nº 21/2009**

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2009

Edital de Pregão Presencial nº 21/2009

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial que tem por objeto a Aquisição de Nitrogênio Líquido, que será utilizado para execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria da Agricultura.

Entrega das propostas até às 09h45min do dia 14/08/2009.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras Do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 31 de julho de 2009.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

### **Extrato de Contrato Nº 40/2009**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Extrato de Contrato nº 40/2009

PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, Jornal Expressão Ltda ME

Objeto: Publicações de Campanhas publicitárias e Educativas, em jornal de circulação

Regional, edição semanal.

Origem: Processo de Licitação nº 13/2009 convite 08/2009.

Vigência: 18/05/2009 até 31/12/2009

Valor R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais)

Tunápolis, SC, aos 18 de Maio de 2009.

ELISE G TRENHAGO

Gestora do Fundo.

## **Turvo**

### **Prefeitura Municipal**

### **Pregao Presencial 68/2009**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2009 – MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2009

Objeto: Aquisição de 1 (UM) automóveis 1.0 zero km.

Entrega dos envelopes: até as 14.00 do dia 18/08/2009

Abertura da Sessão: á partir das 14:00 horas do dia 18/08/2009

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: [compraspmturvo@netvale.net](mailto:compraspmturvo@netvale.net)

Turvo – SC 31/07/2009

NESTOR RECO

Pregoeiro

### **Pregao Presencial FMS 12/2009**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2009 – MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2009

Objeto: Aquisição de 1 (UM) automóveis 1.0 zero km.

Entrega dos envelopes: até as 15.30 do dia 18/08/2009

Abertura da Sessão: á partir das 15:30 horas do dia 18/08/2009

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: [compraspmturvo@netvale.net](mailto:compraspmturvo@netvale.net)

Turvo – SC 31/07/2009

NESTOR RECO

Pregoeiro

# Videira

## Prefeitura Municipal

### Decreto Nº 9.213/2009

DECRETO Nº 9.213/09, DE 31 DE JULHO DE 2009.

Determina a concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora HELENA MARIA LEONI, declara a vacância do cargo público e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 018/2009,

#### DECRETA

Art.1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora HELENA MARIA LEONI, inscrita no CPF sob o nº 220.841.699-68 e no PASEP nº 10075584147, detentora da matrícula funcional nº 9023, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, MG04, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica determinado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.644,84 (dois mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo seus efeitos a partir de 01/08/2009, revogadas as disposições em contrário.

Videira (SC), 31 de julho de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de julho de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

### Decreto Nº 9.214/2009

DECRETO Nº 9.214/09, DE 31 DE JULHO DE 2009.

Determina a concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal, à servidora CLAIR TEREZINHA FAGHERAZZI SCHULTE, declara a vacância do cargo público e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 017/2009,

#### DECRETA

Art.1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora CLAIR TEREZINHA FAGHERAZZI SCHULTE, inscrita no CPF sob o nº 508.302.799-20 e no PASEP nº 10111334362, detentora da matrícula funcional nº 2009, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, MG03, do Quadro de Pessoal da Administração Mu-

nicipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica determinado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.259,25 (dois mil duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/08/2009, revogadas as disposições em contrário.

Videira (SC), 31 de julho de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de julho de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

### Decreto Nº 9.215/2009

DECRETO Nº 9.215/09, DE 31 DE JULHO DE 2009.

Determina a concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora MARIA GONGORA, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 016/2009,

#### DECRETA

Art.1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARIA GONGORA, inscrita no CPF sob o nº 154.580.085-53 e no PASEP nº 10608872781, detentora da matrícula funcional nº 9074, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, MG05, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica determinado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.956,82 (três mil novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/08/2009, revogadas as disposições em contrário.

Videira (SC), 31 de julho de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de julho de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

**Pregão Presencial Nº 92/2009 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2009

O Prefeito Municipal de Videira, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 92/2009.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) SOPRADORES/ASPIRADORES PORTÁTEIS PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.
3. CREDENCIAMENTO: a partir das 15:00 horas do dia 20 de Agosto de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.
4. ABERTURA: às 15:15 horas do mesmo dia.
5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.
6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9012/9034.

Videira/SC, 30 de Julho de 2009.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**Pregão Presencial Nº 21/2009 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2009-FMAS

O Prefeito Municipal de Videira através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 21/2009-FMAS.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA, CALCÁRIO E ADUBO QUÍMICO PARA PLANTIO NO NÚCLEO DO PETI NO BAIRRO DE CARLI.
2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.
3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 20 de Agosto de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.
4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia.
5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.
6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 30 de Julho de 2009.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**INPREVID****Edital Concurso 001/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Instituto de Previdência do Município de Videira – INPREVID  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2009

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira – INPREVID, autarquia municipal, torna público que se encontram abertas as inscrições para o Concurso Público para preenchimento das vagas dos Cargos Públicos, constantes do seu Quadro de Pessoal, conforme demonstrativo abaixo:

Código do Cargo	Cargos/Emprego	Nº De Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação Necessária para a posse	Remuneração Inicial	Tipos de Provas	Valor da Taxa de Inscrição R\$
001	Advogado	01	20	Graduação em Direito; Inscrição válida e mantida na OAB/SC; Comprovação do exercício da advocacia por pelo menos dois anos através de Certidão(ões) fornecidas pelo Poder Judiciário Estadual ou Federal.	1.250,00	Objetivas e Discursiva	75,00
002	Agente Técnico Administrativo-Previdenciário	01	40	Ensino Médio completo	910,80	Objetiva	50,00

Inscrições: Serão realizadas no período de 03/08/2009 a 31.08.2009, das 13:30 às 17:30 horas, de segunda a sexta-feira, nas dependências do INPREVID, sito à Rua Fiorindo Pires, nº 15 sala 101 – Bairro Alvorada, Videira - SC, ou através da remessa da Ficha de Inscrição pelos Correios, nos termos do Edital, observada a apresentação e entrega do comprovante do depósito original, no qual deve constar obrigatoriamente o nome do candidato.

Provas: Serão realizadas às 13:00 horas do dia 20.09.2009, em local a ser divulgado por ocasião da homologação das inscrições, no mural de publicações do INPREVID, na imprensa local e no site [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br).

O Edital completo está afixado no mural das publicações do INPREVID e disponível no site [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br).  
Informações p/ inscrições pelo Correio: Celular: (47) 9181-4541 ou 9998-2949

Videira, em 31 de julho de 2009.  
JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA  
Presidente do INPREVID